

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Inf VOLBER FREIRE

Os Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro e seus reflexos para a Política Externa Brasileira: a importância do incremento do poder militar para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico.



Rio de Janeiro

2015

Cel Inf **VOLBER FREIRE**

Os Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro e seus reflexos para a Política Externa Brasileira: a importância do incremento do poder militar para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: CANDIDO CRISTINO LUQUEZ MARQUES FILHO – CEL R/1 ART

Rio de Janeiro
2015

F862p Freire, Volber

Os Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro e seus reflexos para a Política Externa Brasileira: a importância do incremento do poder militar para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico. / Volber Freire. —2015.

79 f. : il ; 30cm.

Orientação: Candido Cristino Luquez Marques Filho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estudos Estratégicos Internacionais) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

Bibliografia: f.64-67.

1. PROJETOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO. 2. PODER MILITAR. 3. PROJEÇÃO DE PODER. I. Título.

CDD 355.6

Cel Inf VOLBER FREIRE

Os Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro e seus reflexos para a Política Externa Brasileira: a importância do incremento do poder militar para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em 13 de novembro de 2015.

COMISSÃO AVALIADORA

CANDIDO CRISTINO LUQUEZ MARQUES FILHO – Cel R/1 Art – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ERNESTO DE LIMA GIL – Cel Art – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

JOSÉ LUCAS DE SILVA – Cel R/1 Art – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família, fonte de inspiração,
motivação e apoio.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida, pela motivação, pela saúde, por guiar meu destino segundo sua vontade, a despeito de minha vã resistência e incompreensão.

À minha família, pelo apoio e incentivo constantes e pela compreensão em todos os momentos, sendo vitais na superação de todos os obstáculos para o cumprimento de mais essa missão!

Aos meus pais, pela educação e formação, pelos sacrifícios em nome de meu bem-estar e pelos exemplos de abnegação e dedicação a uma causa.

A meu orientador e colaboradores pela assistência e pela relevante participação na elaboração do presente trabalho.

“Não devemos conservar o Exército ao qual nos habituamos, mas criar o Exército que necessitamos”. (General De Gaulle, em 1932)

RESUMO

O dinamismo inerente a Era do Conhecimento, caracterizado pela informação em tempo real, pela multiplicidade de meios tecnológicos e a diversificação instantânea de seu emprego em larga escala em praticamente todo o mundo, trouxe consigo a constante necessidade de aperfeiçoamento, de modernização, de renovação e de transformação das instituições de todas as áreas de atuação, sob pena de tornarem-se obsoletas, inoperantes e não competitivas, o que pode significar sua ruína. O Brasil, país que acalenta o desejo de maior inserção no cenário internacional, coerente com a relevância de seu território, de sua economia e de sua posição de liderança no âmbito regional, também vivencia tal processo e se prepara para ocupar o local de destaque entre as grandes nações do mundo. No campo militar, o Exército Brasileiro passa por um processo de transformação que tem por objetivo mantê-lo a altura dos desafios que se impõe diante dos anseios nacionais, particularmente àqueles relacionados à nossa Política Externa. O aludido processo é melhor caracterizado pela execução de sete Projetos Estratégicos prioritários, os quais gerarão as novas capacidades que trarão incremento ao poder militar do país e constituir-se-ão nos vetores da desejada transformação. A Política Nacional de Defesa (PND), operacionalizada pela Estratégia Nacional de Defesa (END), prevê a possibilidade de projeção de poder de nosso país em sua área de interesse estratégico, tarefa impossível com meios e estrutura existentes e com as capacidades atuais. Neste contexto, este trabalho monográfico procurou apresentar as novas capacidades a serem geradas pelos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro e avaliar se tais capacidades trarão o necessário incremento no poder militar para o atingimento da almejada projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico.

Palavras-chave: 1. Projetos Estratégicos do Exército. 2. Poder Militar. 3. Projeção de Poder.

ABSTRACT

The dynamism inherent to the Knowledge Age, characterized by real-time information, the multiplicity of technological and instant diversification of their employment on a large scale in virtually all over the world, brought with it the need for constant improvement, modernization, renovation and transformation of institutions from all areas of operation, failing to become obsolete, ineffective and uncompetitive, which may mean its downfall. Brazil, a country that desires a greater participation in the international scenario, consistent with the relevance of its territory, its economy and its leading position in the regional context, also experiences this process and prepares itself to occupy a prominent place among the great nations of the world. In the military field, the Brazilian Army is going through a transformation process that aims to keep it meet the challenges it imposes on national concerns, particularly those related to our foreign policy. The aforementioned process is best characterized by performing seven priority Strategic Projects, which will create new capabilities that will bring increased military power to the country and will be the vectors of the desired transformation. The National Defense Policy (NDP), operationalized by the National Defense Strategy (NDS) requires the possibility of power projection of our country in its area of strategic interest, task impossible with the existing means and structure and current capabilities. In this context, this monograph aims to present the new capabilities that will be generated by the Strategic Projects of the Brazilian Army and conclude about whether these capabilities will bring the necessary increase in military power for achieving the desired power projection of Brazil in your area of strategic interest.

Keywords: 1. Army Strategic Projects. 2. Military Power. 3. Power Projection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Projetos estratégicos indutores da transformação
Figura 2	Projeto OCOP
Figura 3	SISFRON
Figura 4	VBTP-MR Guarani
Figura 5	Guarani chassi 8x8
Figura 6	Astros MK-6
Figura 7	Defesa Cibernética
Figura 8	Defesa Antiaérea

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bda C Mec	Brigada de Cavalaria Mecanizada
BID	Base Industrial de Defesa
Bda Inf Fron	Brigada de Infantaria de Fronteira
Bda Inf Mec	Brigada de Infantaria Mecanizada
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
Bia AAAe AP	Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada
Bia BA	Bateria de Busca de Alvos
BRICS	Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul
CAEx	Centro de Avaliações do Exército
CCOTI	Centro de Operações de Operações de Terrestres Interagências
CDCiber	Centro de Defesa Cibernética
C&T	Ciência e Tecnologia
CITEX	Centro Integrado de Telemática do Exército
CMT	Capacidade Militar Terrestre
CO	Capacidade Operativa
COBRA	Programa Combatente Brasileiro do Futuro
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EB	Exército Brasileiro
EETer	Estruturas Estratégicas Terrestres
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENGESA	Engenheiros Especializados S.A.
EsACosAAe	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea

ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FAL	Fuzil automático leve
FIFA	Federação Internacional de Futebol Amador
GMF	Grupo de Mísseis e Foguetes
GPS	Global Position System
G8	Grupo dos Oito
IBMD	Indústria Brasileira de Material de Defesa
IIC	Infraestrutura de Informação e Comunicações
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IME	Instituto Militar de Engenharia
LMF	Lançador Múltiplo de Foguetes
MD	Ministério da Defesa
MEM	Material de Emprego Militar
Mercosul,	Mercado Comum do Sul
OCOP	Projeto Obtenção da Capacidade Operacional Plena
OEE	Objetivos Estratégicos do Exército
OM	Organização Militar
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBC	Planejamento Baseado em Capacidades
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEE	Projetos Estratégicos do Exército
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PDN	Política de Defesa Nacional
PIB	Produto Interno Bruto

PNR	Próprio Nacional Residencial
PPP	Programa de Parceria pela Paz
PRODE	Produtos de defesa
QBRN	Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares
RENASIC	Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia
SIPLEX	Sistemática de Planejamento do Exército
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
STIC3	Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comando e Controle
UNASUL	União das Nações Sul-americanas
VBTP	Veículo Blindado de Transporte de Tropa
VT	Vetores da transformação
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	17
3	OS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO	19
3.1	O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO.....	19
3.2	OS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO.....	22
3.2.1	Generalidades	23
3.2.2	Projeto OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (OCOP)	24
3.2.3	Projeto SISFRON	28
3.2.4	Projeto PROTEGER	31
3.2.5	Projeto GUARANI	33
3.2.6	Projeto ASTROS 2020	37
3.2.7	Projeto DEFESA CIBERNÉTICA	40
3.2.8	Projeto DEFESA ANTIAÉREA	43
3.2.9	Ações a serem realizadas por projeto - alinhamento estratégico	45
4	PODER MILITAR E PROJEÇÃO DO PODER	46
4.1	PODER MILITAR.....	46
4.1.1	Definições	46
4.1.2	Incremento do Poder Militar e sua influência na Política Externa	48
4.2	PROJEÇÃO DE PODER.....	52
4.2.1	Generalidades	52
4.2.2	Projeção de poder do Brasil: fundamentação teórica	54
4.3	RELAÇÃO ENTRE PODER MILITAR E PROJEÇÃO DO PODER.....	58
5	CONCLUSÃO	60
	REFERENCIAS	64
	ANEXO A - AS CAPACIDADES GERADAS PELOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	68

1 INTRODUÇÃO

As projeções de analistas de diversos institutos e organizações reconhecidos em todo o mundo são unânimes em afirmar que o Brasil, no final da década de 2020 e início da década de 2030, estará entre as cinco ou seis maiores economias do mundo e ocupará local de destaque no cenário mundial como importante líder regional e ator global.

Não é exagero dizer que o país, hoje postulante a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), terá possivelmente concretizado tal intento no supracitado período e terá, ainda, posição relevante naquela Organização, assim como em tantas outras organizações e foros internacionais como a OMC, BRICS, Mercosul, G8, CPLP e UNASUL, entre outras.

Tamanha relevância em nível mundial cobra um alto preço aos países que atingem tal estatura política no cenário internacional, pois cabe aos principais atores das relações internacionais uma maior participação e atuação em todas as questões de interesse global, desde os direitos humanos e proteção de minorias até o posicionamento e definição de conflitos armados e a intervenção em estados soberanos, como nos mostra a história recente das principais lideranças globais.

Além disso, é mister que o Brasil precisa estar em condições de defender seus interesses em todos os campos do poder. Necessita de Forças Armadas capazes de respaldar as decisões e posições de sua política externa, capacitada a projetar poder em sua área de interesse estratégico, coerente com sua estatura no concerto das nações e a altura dos compromissos internacionais assumidos como consequência dessa situação de destaque.

Assim sendo, postula-se determinante a expressão do poder militar do Estado Brasileiro na sua política externa.

Tendo em vista os desafios inerentes ao futuro próximo vislumbrado, o Exército Brasileiro concebeu e implementa atualmente um processo profundo de mudanças na Força para, mais que modernizar-se ou adaptar-se, transformar-se em instrumento capaz de respaldar as decisões de nossa política externa, assumir os compromissos e corresponder às expectativas advindas da estatura geopolítica do país a partir da década de 2020.

Esse processo de transformação do Exército Brasileiro teve sua origem com a assinatura, pelo Presidente da República, da Estratégia Nacional de Defesa (END), em dezembro de 2008, que se constituiu em marco histórico na evolução do pensamento de defesa em nosso país. Naquele momento, pela primeira vez, o poder político tomou a si a responsabilidade de definir os parâmetros que balizariam a evolução do segmento militar no contexto da estrutura de defesa nacional, o que fez recair sobre as Forças Armadas renovadas atribuições, principalmente no sentido de apresentar planejamentos com capacidade de respaldar e motivar decisões políticas e econômicas por parte do Governo Federal.

Diante daquele quadro, inicialmente, fez-se necessário o questionamento e a autoanálise: o Exército possui atualmente as capacidades necessárias para respaldar as decisões de sua política externa, e mais, projetar poder com prontidão e mantê-lo por tempo indeterminado dentro de nossa área de interesse estratégico, como se descortina o cenário em um futuro próximo mencionado?

Era notória e unânime a percepção de que são necessárias mudanças nas concepções estratégicas, doutrinárias e de gestão do Exército para gerar as capacidades realmente necessárias e coerentes com tamanho desafio. Este é o cerne da transformação: a geração de capacidades que trarão real incremento do poder militar terrestre e criarão as condições para o surgimento de um Exército capaz de corresponder às mais rígidas e realistas expectativas.

Acerca das capacidades a serem geradas no processo de transformação do Exército, ressalta-se o seguinte:

O Brasil, do ponto de vista da defesa, para dispor da liberdade de ação necessária à condição de ator global, tem pela frente três tarefas históricas, todas de caráter geopolítico. A primeira está em ajudar a concluir a ocupação e a integração à nação brasileira de praticamente a metade do território nacional correspondente à nossa Amazônia. Num mundo em que, no ano 2030, a população terá aumentado em dois bilhões de habitantes e estará consumindo o dobro de recursos naturais, o Brasil não pode permitir que se fortaleça o conceito de relativização da soberania dessa incomensurável fonte de recursos – a Amazônia –, como ocorre no imaginário de parte considerável da opinião pública internacional. A segunda tarefa relaciona-se com o continente sul-americano. A decolagem da economia brasileira será lenta, se tivermos a nossa volta um arco de instabilidade e de problemas sociais e econômicos colados à fuselagem, principalmente se considerarmos que, em dezessete mil quilômetros de fronteira, temos dez países vizinhos. Algumas grandes cidades brasileiras já apresentam os sintomas de que estamos a caminho de nos transformar em um país de imigrantes, o que poderá, no futuro, contribuir para agravar nossas desigualdades sociais e econômicas. A terceira tarefa será a de desenvolver a capacidade de projetar poder em nível mundial, com a consistência capaz de assegurar a presença efetiva e fazer valer seus

interesses. Das considerações acima, depreendemos que o Exército deve desenvolver formas básicas de atuação, correspondentes às tarefas geopolíticas. Em relação ao território nacional, prosseguir com a Estratégia da Presença, por tratar-se de vetor fundamental de apoio ao Estado Brasileiro na tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o território brasileiro. Temos consciência de que o Exército, além de ser com frequência a única presença do Estado em áreas remotas, é uma importante ferramenta de suporte aos demais setores da sociedade. Ademais, a Presença nos proporciona a identificação com as populações locais, influenciando sobre a vontade nacional e ajudando a formar o sentimento nacional de relevância do Estado brasileiro, tão importante para o êxito de qualquer estratégia de defesa, especialmente a da Resistência. Igualmente importante, a presença permanente serve de base física para a atitude ofensiva adotada no nível operacional. - Na América do Sul, enfatizar a cooperação com os exércitos vizinhos e, a partir dessa aproximação, auxiliá-los na superação de suas dificuldades e no aumento da capacidade de influir na estabilidade interna de seus países. Estaremos assim nos alinhando às políticas externa e econômica do governo e, sob o guarda-chuva de compromissos internacionais, fortalecendo nossa importância como ferramenta de apoio às relações exteriores. Ademais, a integração política e econômica será favorecida pela cooperação militar. Esta opção pela cooperação, implicitamente, repousa sobre o pressuposto de que nossa capacidade de dissuasão em relação aos países sul-americanos está assegurada e tende a ampliar-se na medida em que avançarmos no desenvolvimento das capacidades operacionais básicas. Em nossas áreas de interesse estratégico, desenvolver capacidade de projetar força e sustentá-la pelo período que for necessário, mantendo a eficiência dos sistemas operacionais. **(O processo de transformação do Exército, 2010, P.26 e 27)**

Os principais vetores desse processo de transformação em curso no Exército Brasileiro são os projetos estruturantes e indutores da transformação do Exército, concebidos pelo Estado-Maior do Exército e coordenados pelo Escritório de Projetos do EME.

Os Projetos indutores da transformação são sete projetos estratégicos prioritários, a saber: Projeto Capacidade Operacional Plena (OCOP), Projeto Guarani, Projeto Artilharia Antiaérea, Projeto Defesa Cibernética, Projeto SISFRON, Projeto Astros 2020 e Projeto Proteger, os quais doravante denominados Projetos Estratégicos do Exército, podem ser vistos no quadro ilustrativo a seguir.



Fonte: Escritório de Projetos do Exército.

Figura 1: Projetos estratégicos indutores da transformação

Desta forma, este trabalho se propôs a estudar as capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB) e o incremento do Poder Militar do Brasil advindo da geração de tais capacidades e, ainda, seus reflexos na projeção de poder do Brasil na sua área de interesse estratégico ou entorno estratégico.

O problema formulado a partir desse estudo prende-se aos seguintes questionamentos: as capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do EB trarão incremento ao Poder Militar Brasileiro? Caso positivo, tal incremento proporcionará o desejável suporte militar à Política Externa Brasileira com reflexos positivos para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico?

Assim, o objetivo geral desse trabalho consiste em verificar se as capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do EB impactarão positivamente o respaldo militar à Política Externa Brasileira, particularmente no que se refere a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico.

Para tanto foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- avaliar o incremento do Poder Militar do Brasil ocorrido a partir das capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do EB; e
- pesquisar acerca da relevância do poder militar para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico.

Admitindo-se que é objetivo estratégico do Brasil a projeção de poder em sua área de interesse estratégico, formula-se a seguinte hipótese: “ As capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do EB impactarão positivamente o Poder Militar do Brasil, proporcionando maior suporte do campo militar à Política Externa Brasileira, com reflexos positivos para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico”.

Dessa forma, o escopo deste trabalho monográfico foi desenvolvido com a finalidade de confirmar ou não a hipótese levantada, fazendo minuciosa análise acerca das capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do Exército e suas reais perspectivas em termos de alcance na impulsão da Força Armada na direção dos anseios e necessidades do estado Brasileiro no campo militar.

Procurou-se estabelecer uma relação de causa e efeito entre as variáveis determinadas: capacidades geradas, incremento de poder militar e projeção de poder, de forma a tornar crível e perceptível as elações a serem feitas acerca da viabilidade ou não da hipótese formulada.

Por fim, o presente trabalho pretende contribuir com uma real visão acerca dos frutos a serem colhidos com a implementação dos Projetos Estratégicos do Exército (PEE), sua relevância para o atingimento do estado final desejado pela Força Terrestre e sua convergência com os interesses nacionais dispostos na Política Nacional de Defesa e regulamentados pela Estratégia Nacional de Defesa.

2 METODOLOGIA

A condução do presente trabalho de pesquisa teve sua abordagem baseada na metodologia exploratória, procurando estabelecer relações conclusivas baseadas no senso comum a partir de definições, conceitos, classificações, descrições e normas contidas em documentos oficiais, tais como regulamentos internos, circulares, pareceres, portarias, despachos em processo e relatórios, além de vasta documentação de formulação de política de defesa do país, como a Constituição Federal, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, entre outros.

Também foram alvo de pesquisa e estudos obras de renomados estudiosos do ramo de defesa, buscando-se fundamentar os argumentos e relações apresentados no escopo do trabalho.

Mais timidamente também foi desenvolvido o método estatístico, buscando, levantar dados e quantificar algumas dimensões das variáveis como poder militar e capacidades geradas pelos projetos estratégicos, sem, contudo, procurar estabelecer medida de mensuração de tais variáveis, posto que se considera tal pretensão inconsistente e altamente subjetiva, logo não relevante para os objetivos deste trabalho.

Assim sendo, o presente trabalho baseia-se na pesquisa documental e bibliográfica, com ênfase nas publicações doutrinárias e normativas referentes ao assunto, disponíveis nas principais bibliotecas públicas locais, nas bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Superior de Guerra, Fundação Getúlio Vargas e Biblioteca Nacional. Também foram usados como fonte trabalhos monográficos e teses de mestrado atinentes ao assunto.

Pode-se assim, inferir que o trabalho exploratório foi realizado de forma ampla e com bom nível de profundidade, a fim de evitar avaliações infundadas ou mesmo inconclusivas, buscando-se extrair os subsídios necessários para o desenvolvimento do trabalho e a perfeita harmonia e coerência entre os argumentos utilizados e as conclusões explanadas, as quais vão supostamente ao encontro da ratificação da hipótese formulada.

Realizou-se, ainda, durante a fase de pesquisas, uma visita ao Estado-Maior do Exército e ao Escritório de Projetos do Exército, oportunidade onde foram

coletados documentos, apresentações e informações relevantes sobre o assunto, e na qual pode-se realizar entrevista com os principais condutores do processo de transformação do Exército.

Por fim, espera-se que o presente trabalho monográfico possa trazer importante contribuição no sentido de verificar os efeitos práticos do processo de transformação do EB, especificamente no que tange às capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do EB, no incremento do Poder Militar do Brasil e seus reflexos positivos para a Política Externa Brasileira, particularmente no que se refere à projeção de poder em sua área de interesse estratégico.

3 OS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O futuro já aconteceu. Já estamos na Era do Conhecimento – os mais jovens que o digam. Agora, precisa-se, e precisa-se para já, de quem nos ajude a fazer a travessia de todo o Exército para esse futuro. E como o tempo não para, as inovações surgem aos borbotões, a sociedade se renova continuamente e a natureza dos conflitos se modifica a todo instante, essa travessia terá que ser feita a viva força; em presença do inimigo: o tempo. (General de Exército JOAQUIM SILVA E LUNA - Chefe do Estado-Maior do Exército, 2013)

3.1 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO

Conforme já visto anteriormente, foi a partir da formulação da assinatura da Estratégia Nacional de Defesa em dezembro de 2008 que foi criada a perspectiva inédita de se dar início a um processo de aquisição e modernização do material de emprego militar no Brasil.

Já em junho de 2009, em resposta às demandas apresentadas pela END, o Comando do Exército apresentou a Estratégia Braço Forte, que constava de 823 projetos organizados em quatro grandes programas, a serem desdobrados em curto, médio e longo prazos (2014 – 2022 – 2030).

Pode-se destacar as seguintes considerações sobre a Estratégia Braço Forte.

No que se refere à articulação, o EB elaborou dois programas: Programa Amazônia Protegida: Abrangendo três projetos principais: Pelotões Especiais de Fronteira, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON) e Reestruturação das Brigadas de Selva, completando e modernizando seus sistemas operacionais. Programa Sentinela da Pátria: destinado à reestruturação e à modernização de todas as Brigadas e estruturas dos demais Comandos Militares de Área. No tocante ao equipamento, o planejamento se desdobra em duas vertentes: Programa Mobilidade Estratégica, que incidirá sobre o Exército do presente, por meio do qual se pretende completar e modernizar os equipamentos e as dotações de suprimentos. As ações de curto prazo terão caráter de urgência, para que até 2014 tenhamos assegurado os níveis mínimos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades de preparo e emprego e, com isso, restabelecido a capacidade dissuasória mínima. [...] Programa Combatente Brasileiro do Futuro – COBRA– destinado a equipar o Exército do futuro. Por intermédio de projetos de Ciência e Tecnologia, desenvolverá os sistemas de armas a serem adotados a partir de 2014, dando cumprimento a um dos três chamados eixos estruturantes contidos na END: fortalecer a Indústria Nacional de Material de Defesa. **(O processo de transformação do Exército, 2010, P.22)**

A Estratégia Braço Forte criou as bases para o processo de transformação do Exército, permitindo a elaboração de banco de dados completo vital para subsidiar o planejamento da condução do processo em curso. Além disso, a estratégia Braço

Forte levantou também projeções das capacidades necessárias para a Força Terrestre no ano de 2030, elencando três tarefas históricas que se descortinam em nosso horizonte:

- concluir a ocupação e a integração à nação brasileira de praticamente a metade do território nacional correspondente à nossa Amazônia;
- a integração, estabilização e o desenvolvimento no subcontinente sul americano, de forma que o país não seja polo de atração de fluxos migratórios no futuro, por ser a única potência econômica regional; e
- desenvolver a capacidade de projetar poder em nível mundial, com a consistência capaz de assegurar a presença efetiva e fazer valer seus interesses.

Pode-se depreender das citadas tarefas históricas que o Exército deve atuar buscando:

- manter a Estratégia da Presença, colaborando com o estado brasileiro na ocupação, integração e no desenvolvimento de seu território;
- enfatizar a cooperação e a integração com os exércitos vizinhos; e
- em nossa área de interesse estratégico, desenvolver a capacidade de projetar força e sustentá-la por período que for necessário, mantendo a eficiência dos sistemas operacionais.

Essas tarefas históricas e formas de atuação nortearam o planejamento e o desenvolvimento do processo de transformação desde seu embrião, a estratégia Braço Forte, até sua implementação por meio das capacidades a serem geradas pelos diversos projetos estruturantes e indutores da transformação.

Todavia, durante o planejamento BRAÇO FORTE, as tentativas de implantação de novas concepções esbarraram sistematicamente em fatores críticos, decorrentes de deficiências estruturais.

Com base na estrutura e na cultura institucionais, as ações com vista na superação de cada fator crítico serão conduzidas por meio de Vetores de Transformação (VT), os quais compreenderão os estudos, os diagnósticos, as concepções, os planejamentos, os processos, as ferramentas, os recursos humanos, as capacitações e os meios necessários para tal superação.

Os vetores de transformação propostos foram os seguintes: doutrina, preparo e emprego, educação e cultura, gestão de recursos humanos, gestão corrente e estratégica, ciência e tecnologia e modernização do material e logística.

Conforme planejamento realizado na Concepção da Transformação de Exército, o processo de transformação do Exército entrou em sua fase de implementação o ano de 2015, sendo originalmente concebido em três fases distintas: uma fase de preparação (até 2015); uma fase de coexistência (de 2015 a 2022); e uma fase de consolidação (a partir de 2022).

Na fase inicial, encerrada em 2015, o Exército vivenciou a fase de preparação, que constou da implementação dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), das estratégias e ações estratégicas decorrentes, contemplados no Plano Estratégico do Exército (PEEx), proporcionando o desejável alinhamento estratégico no âmbito da Força. Segundo o Manual de Transformação do Exército, *“o objetivo dessa fase será preparar o Exército para a transformação, realizando experimentações e simulações, criando as condições necessárias para motivar o desenvolvimento da mentalidade de transformação e de constante inovação”*.

Na fase seguinte, entre 2015 e 2022, o Exército passará pela fase de transformação propriamente dita, quando a evolução na forma de combater, de equipar e de organizar a F Ter, será materializada pela existência de uma nova doutrina militar. Será nessa fase, chamada de “coexistência”, que a F Ter contará com forças, com características da Era Industrial, cada vez em menos quantidade, e da Era do Conhecimento, em quantidade crescente. Nessa fase as prioridades deverão estar muito bem definidas no planejamento estratégico do Exército.

Por fim, a partir de 2022, é prevista a fase de consolidação. Nela os conceitos, as competências e as capacidades da Era do Conhecimento serão largamente utilizados em toda a instituição.

Infere-se que as fases não serão estanques e desassociadas, pois certamente haverá sobreposição entre elas, bem como as OM estarão em diferentes fases de evolução, dentro do mesmo horizonte temporal.

A Concepção de Transformação do Exército de 2013 manteve-se alinhada com os marcos legais de defesa já definidos, desde a END, de 2008 até a Estratégia Braço Forte. O documento, decorrente de estudos, análises e avaliações, indicava como o Exército Brasileiro deveria ser organizado e, particularmente, como a Força Terrestre (F Ter) deveria ser articulada, preparada e empregada, abordando todos os aspectos que tenham influência sobre o cumprimento de sua missão constitucional.

O documento lançou, ainda, as premissas para a concepção estratégica da transformação, de acordo com os cenários prospectivos de 2022, destacando, à luz da relevância do país nos campos político, econômico, social e militar, como estratégias prioritárias da concepção: **a dissuasão extra regional e a projeção de poder**, as quais consistem em bases da evolução da Força terrestre.

Para transformar uma Força que se encontra em permanente aprendizado e crescimento, esta Concepção considera que a desejada transformação será o resultado de um conjunto de inovações que, partindo da Dimensão Humana – “A Força da nossa Força”, aperfeiçoarão e introduzirão novas competências e capacidades em todos os setores, desafiando a criatividade de seus quadros e provocando uma nova concepção de organização, de articulação, de preparo e de emprego. (**Concepção de transformação do Exército, 2013, P.20**)

Atualmente, o processo de transformação é conduzido pelo Projeto de Força, o PROFORÇA, lançado em fevereiro de 2014, que tem como finalidade precípua orientar o processo de transformação da Força. Assim, estabelece as bases para a transformação do Exército, constituindo-se em seu principal projeto integrador dos nove vetores de transformação: C&T, doutrina, educação e cultura, engenharia, gestão, recursos humanos, orçamento e finanças, logística e preparo e emprego.

O PROFORÇA é o novo marco no processo de transformação da Instituição e define uma série de ações a serem desenvolvidas por meio dos projetos estruturantes e indutores, os quais gerarão novas capacidades que permitirão ao Exército atingir o estado final desejado, qual seja, um Exército capaz de corresponder às responsabilidades inerentes ao relevante papel de ator global que país terá em 2031, respaldando no campo militar as decisões políticas do Estado.

Os sete Projetos Estratégicos prioritários do Exército (projetos estratégicos indutores da transformação) materializam nos dias atuais a implementação do processo de transformação do Exército idealizado pela estratégia Braço Forte e pelo PROFORÇA.

3.2 OS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

O processo de transformação do Exército insere a Força Armada na Era do Conhecimento e os Projetos Estratégicos do Exército (PEE) são sua face mais visível e palpável, dando concretude às nossas intenções e gerando as capacidades requeridas para a Força Terrestre. (**Projetos Estratégicos, 2014, P.2**)

3.2.1 Generalidades

Os projetos estratégicos pretendem ampliar a capacidade operativa do EB, procurando tornar eficiente, eficaz e efetivo o emprego da F Ter coerente com as demandas prospectadas para um futuro próximo, onde o país figurará como importante ator global e assumirá responsabilidades relevantes no cenário internacional, necessitando de respaldo militar para amparar suas decisões políticas.

Os Projetos Estratégicos do Exército (PEE), indutores da transformação da Instituição são: Projeto Capacidade Plena (OCOP), Projeto Guarani, Projeto Artilharia Antiaérea, Projeto Defesa Cibernética, Projeto SISFRON, Projeto Astros 2020 e Projeto Proteger, os quais serão abordados individualmente no escopo deste trabalho.

Os projetos encontram-se perfeitamente alinhados com os objetivos estratégicos do Exército e contribuem com a dissuasão extra regional objetivada pelo país.

Resta provar ao longo deste trabalho, os PEE trarão, uma vez concluídos, os seguintes benefícios para a o Brasil:

- Combater ilícitos transfronteiriços e aumentar a segurança nos centros urbanos;
- Inibir a ocorrência de crise e colaborar com a garantia do patrimônio;
- Proporcionar maior respaldo a política externa;
- Fortalecer a presença do estado nas fronteiras;
- Dominar tecnologias sensíveis;
- Proteger serviços essenciais à população e ao desenvolvimento nacional;
- Dissuadir a cobiça internacional;
- Capacitar a indústria e mão de obra brasileiros;
- Incrementar a interoperabilidade de órgãos governamentais;
- Diversificar a pauta de exportações;
- Organizar Força de Contingência pronta e à altura dos desafios do Brasil;
- Gerar empregos;
- Reestruturar a indústria de defesa nacional;
- Incrementar a independência tecnológica;
- Fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID);

- Fortalecer a presença do estado nas fronteiras;
- Diversificar a pauta de exportações;
- Possibilitar a proteção do “core” da geração de riquezas do país;
- Incrementar a exportação de bens e serviços;
- Fortalecer o modelo sustentável “dual” da tecnologia; e
- Ampliar a integração nacional.



3.2.2 Projeto **OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (OCOP)**

Partindo da premissa de que realmente a Força Armada necessita de modernização e atualização dos meios de emprego militar para melhor capacitar nossos recursos humanos no desempenho das mais diversas missões, o OCOP é o PEE que dotará as Unidades operacionais do EB com material de emprego militar no nível mínimo imprescindível para o cumprimento de suas missões constitucionais, ou seja, defesa da Pátria, em Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e no desempenho de ações subsidiárias.

O OCOP reflete a preocupação do EB em modernizar seus equipamentos e sistemas, agregando-lhes as recentes inovações tecnológicas. Para tanto, pretende substituir materiais obsoletos e os que já encerraram seu ciclo de vida útil, assim como planejar e adquirir materiais e equipamentos modernos que possam impactar o resultado das batalhas.

Cabe esclarecer, aliás, que conforme citado no parágrafo anterior, o OCOP, embora considerado projeto indutor da transformação, reúne ações estratégicas no nível de modernização, pois embora suas capacidades impactem a operacionalidade da Força, as mesmas já são desenvolvidas no momento anterior ao processo de transformação, sendo, inclusive, padronizadas no âmbito das três Forças Singulares.

Como já abordado anteriormente no escopo deste trabalho, a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada em 2008, foi o marco regulatório para a articulação e reorganização das Forças Armadas, impondo-lhes transformação pela formulação de nova doutrina, identificação de novas capacidades e aquisição de materiais compatíveis com o combate moderno.

Nesse contexto, o Exército identificou como demanda prioritária o recompletamento de seus Quadros de Dotação de Material (QDM), adquirindo o essencial em produtos de defesa (PRODE) para atingir o nível desejado de operacionalidade da Força Terrestre (F Ter). Essa necessidade considerada premente justificou-se, também, pelo emprego da Força, cada vez mais frequente, em operações de GLO e em ações subsidiárias, com destaque para a Defesa Civil, quando das ocorrências de catástrofes naturais.

Desta forma, originou-se o Projeto Estratégico Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP), cuja autoridade patrocinadora é o Chefe do Estado-Maior do Exército (EME). O projeto trata das necessidades imediatas para atender a uma demanda reprimida de equipamentos e adestramento, decorrente da não previsão orçamentária da F Ter de tais itens ao longo de vários anos.

O OCOP compõe-se de uma gama de 18 (dezoito) Projetos Integrantes, entre os quais merecem destaque:

- Modernização da Frota de Veículos de Transporte (2023-2034);
- Armamento e Equipamento de Visão e Pontaria;
- Aquisição e Modernização de Embarcações;
- Modernização de Blindados;
- Material Especializado para Tropas Leves e Aeroterrestres;
- Material de Comunicações e Guerra Eletrônica;
- Modernização da Artilharia de Campanha;
- Modernização da Frota de Aeronaves da Av Ex;
- Material de Engenharia de Combate;
- Material de Saúde de Campanha;
- Material de Defesa Química, Biológica, Nuclear e Radiológica; e
- Combatente Brasileiro (COBRA 2020).

Esses projetos contemplam a aquisição pela Força de novos fuzis, equipamentos individuais, viaturas não blindadas, embarcações e outros

equipamentos de emprego militar que, com orçamento três vezes maior do que o inicialmente previsto (orçamento total de R\$ 30 bilhões), busca transformar as organizações militares operacionais do país até 2035.

Suas ações mais visíveis se iniciaram em 2012, com a aquisição de 8500 veículos militares de dezenas de modelos diferentes, desde viaturas cisternas para transporte de combustível até viaturas frigorífico. Todos os veículos foram entregues às Unidades do Exército e contam com 100% de fabricação nacional, estimulando a geração de empregos e movimentando a economia do setor, no contexto de ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal.



Figura 2: Projeto OCOP

Um projeto específico foi desenvolvido por conta da demanda do OCOP – a viatura 10 toneladas 6x6, que apoia a tração de obuseiros 155 mm, além de ser empregada no transporte de material de engenharia. A empresa MAN foi a responsável pelas 120 unidades entregues.

Além da aquisição das viaturas novas, o OCOP também contempla no processo de modernização da frota a recuperação de viaturas blindadas. O trabalho

é realizado no Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar, situado em Curitiba, no Paraná, que executa a atualização dos veículos blindados M113B para o modelo M113A2 Mk1. Em torno de 150 carros já passaram por esse processo.

Todavia, a modernização da frota é apenas um dos projetos integrantes do OCOP. A lista passa também por armamentos, embarcações, fardamento, equipamentos de artilharia de campanha, material de guerra eletrônica e comunicações, entre outros.

Atualmente, o foco do OCOP está sobre armamentos e embarcações e são esperadas algumas entregas desses materiais ainda em 2015.

No que diz respeito a armamento, o Exército já recebeu um lote de 1.500 Fuzis de Assalto IMBEL A2 (IA2), com calibre 5,56 mm, adquirido em 2013. Trata-se de um fuzil próprio para combate aproximado, que substitui o modelo FN FAL (fuzil automático leve), adotado pelo Exército desde a década de 1970.

O novo fuzil é um quilo mais leve que o modelo o FN FAL e têm maior volume de fogo, já que leva um carregador de 30 tiros, em comparação ao de 20 tiros do primeiro. Durante a Copa do Mundo, em 2014, fuzis IMBEL A2 foram usados por tropas do EB na segurança de autoridades que desembarcavam nos aeroportos.

Ainda neste ano, há a previsão de recebimento de mais dois mil fuzis desse modelo, com calibre 5,56 mm. Há ainda a possibilidade de ocorrer a entrega de protótipos de fuzil com calibre 7,62 mm, também de fabricação da IMBEL.

Espera-se também receber ainda este ano 30 novos morteiros 120 mm, que vão se somar às 120 unidades já distribuídas às unidades de Infantaria e Artilharia. O equipamento é produzido pelo Arsenal de Guerra do Rio, unidade fabril do Exército localizada no Rio de Janeiro. Esses morteiros podem ser transportados por viatura $\frac{3}{4}$ toneladas, avião e helicóptero, além de poderem ser lançados com paraquedas.

No mesmo contexto de aquisições de material do OCOP, o Exército também adquiriu e aguarda a chegada de 11 embarcações Guardian 25, fabricadas nos Estados Unidos. As lanchas serão destinadas ao Comando Militar da Amazônia e empregadas nas missões de patrulhamento das regiões de fronteira. As embarcações são equipadas com GPS, sonar e rádio, além de um ponto para metralhadora .50 e dois pontos para metralhadoras 7,62 mm. A entrega dos morteiros e das embarcações deverá ocorrer ainda em 2015.

O manuseio desses novos materiais de emprego militar traz consigo a necessidade de adestramento dos recursos humanos para sua utilização, manutenção e emprego. O Exército inseriu no contrato de aquisição dos materiais o treinamento de equipes piloto que terão a incumbência de repassar e multiplicar o conhecimento adquirido aos usuários finais nas Unidades do Exército.

O OCOP agrega considerável poder de combate às Unidades operacionais da Força e aperfeiçoa técnicas de combate e gera novas capacidades para a F Ter.



3.2.3 Projeto SISFRON

O SISFRON é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. O SISFRON foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, que orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controlar, mobilidade e presença. O sistema enfatiza o adensamento de Unidades das Forças Armadas nas fronteiras e impulsiona a capacitação da indústria nacional para a conquista da autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. **(Projetos Estratégicos, 2014, P.4)**

O SISFRON, Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras, é um dos principais projetos indutores da transformação do Exército.

Além de incrementar a capacidade de monitoramento das áreas de faixa de fronteira, assegurará o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre, produzindo informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, e possibilitará a atuação em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais em tempo real por meio de suas OM na faixa de fronteira, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais.

Sua implantação vai ao encontro das reais necessidades de comando e controle em operações isoladas ou em conjunto com as outras Forças Armadas ou,

ainda, em operações interagências, com outros órgãos governamentais nas operações tipo na faixa de fronteira.

Os radares e outros meios de sensoriamento do SISFRON estarão desdobrados ao longo de quase 17 mil quilômetros da faixa de fronteira, monitorando uma área de aproximadamente 27% do território nacional, o que trará agregação de poder de combate no emprego das OM subordinadas aos Comandos Militares da Amazônia, do Oeste e do Sul.

Por ser um sistema integrado, o SISFRON será um eficiente instrumento para a integração da atuação dos vários escalões de emprego da Força Terrestre, desde patrulhas, postos de controle, destacamentos e pelotões na faixa de fronteira, passando pelos batalhões, brigadas, divisões, Comandos Militares de Área e chegando ao Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília.

Assim, o SISFRON possibilitará até mesmo o compartilhamento de seus dados e outros benefícios de seus produtos e serviços com outros órgãos governamentais em todos os níveis, atendendo às orientações estratégicas do Plano Estratégico de Fronteiras, estabelecido pelo Governo Federal em 2011, especificamente no que diz respeito à implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira e à atuação integrada dos órgãos de segurança pública, das Forças Armadas e de outras agências governamentais.

Em uma visão simplificada, o SISFRON nada mais é que um sistema baseado em uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira, que envolve radares, sistemas de comunicação e veículos aéreos não tripulados, interligada a sistemas de comando e controle, que, por sua vez, estarão interligados às unidades operacionais com capacidade de dar resposta, em tempo real, aos problemas detectados.



Figura 3: SISFRON

Estima-se que a implantação do SISFRON, que será feita em etapas e por região, consuma 12 bilhões de dólares e leve em torno de dez anos para sua conclusão, com a cobertura de toda a faixa de fronteira. Na primeira etapa, ora em desenvolvimento com o projeto piloto, o índice de nacionalização do material de emprego militar é de 75%, reforçando que o SISFRON reflete o esforço do EB em obter o desenvolvimento tecnológico a partir das necessidades que se apresentam no processo de transformação em curso.

A 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, situada em Dourados (MS), é o Grande Comando responsável pelo Projeto Piloto do SISFRON e já apresenta os primeiros resultados. Foram recebidas viaturas para diferentes finalidades, radares e dispositivos de comunicações já estão em operação no monitoramento da fronteira com a Bolívia e o Paraguai.

As principais perspectivas do projeto são a consolidação do Projeto-Piloto de sensoriamento na 4ª Bda C Mec e a ampliação do projeto para a 18ª Bda Inf Fron, 13ª Bda Inf Mtz, 17ª Bda Inf SI e 15ª Bda C Mec.

Cabe ressaltar a possibilidade de integração do SISFRON com outros recursos já existentes ou em desenvolvimento, como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ) e o Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

Além disso, SISFRON vai favorecer também as atividades de outras áreas do governo, como o Ibama e o Ministério da Agricultura, e trará benefícios para a sociedade e para a economia, ressaltando que outra característica fundamental no projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras é a aquisição de tecnologia que, no futuro, poderá servir para a construção de um satélite brasileiro, com mão de obra e tecnologia nacionais.

O SISFRON é, indubitavelmente, um projeto de grande valor para o Estado, visto que possibilitará um eficiente controle da faixa de fronteira e agregará notório poder de combate ao Exército como um todo, pois o dotará de novas capacidades para detectar, localizar, acompanhar e agir contra ameaças à sua soberania.



3.2.4 Projeto PROTEGER

Criado pela Portaria nº 45-EME, de 17 de abril de 2012, o Projeto PROTEGER foi concebido a partir da necessidade do Estado de proteger suas principais Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer), ou seja, suas infraestruturas críticas, compreendendo todas as instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provocariam sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade.

O projeto aplica-se de forma prática na ampliação da capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção de instalações e infraestruturas vitais ao perfeito funcionamento dos sistemas de suporte à sociedade no dia-a-dia, mas com ênfase durante a realização de Grandes Eventos, como a Copa do Mundo FIFA - 2014 e os Jogos Olímpicos Rio – 2016, haja vista a maior visibilidade internacional dos referidos eventos.

Contudo, sua aplicação também é verificada no apoio à Defesa Civil, na proteção ambiental e em operações de proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN) e contra atentados terroristas, além das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

As principais perspectivas do projeto são: a implantação do a CCOTI no QGEx, a implantação de CCOTI móveis em Brigadas, e a aquisição de plataforma de integração do SISCOTI (PROTETOR).

O sistema é integrado e articula-se com outros sistemas similares como o Mosaico de Segurança Institucional (MSI), desenvolvido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), e com o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), os quais já desenvolvem o monitoramento das estruturas estratégicas terrestres. Desta forma, possibilita ao Exército Brasileiro

maior capacidade para uma pronta resposta eficaz no caso de ocorrência de potenciais ameaças às EETer, contribuindo também para uma eficiente assistência à população em caso de acidentes naturais.

A implantação integral do PROTEGER deverá ocorrer até 2026, sendo empregado um montante de recursos de 9,8 bilhões de reais. Tal investimento se justifica pela relevância do prejuízo econômico, social e principalmente do desgaste da imagem do país que o sistema pode evitar.

A explosão e a conseqüente perda humana e material na área de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, em 2003, demonstra a real necessidade de proteção das estruturas estratégicas do país com eficiente sistema de monitoramento e detecção de ameaças e a conseqüente capacidade de pronta resposta.

Um projeto piloto encontra-se em pleno funcionamento na região da usina hidrelétrica de Itaipu e também atenderá as subestações e linhas de transmissão do oeste do Paraná, que receberão a proteção da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Cascavel-PR. O passo seguinte será reforçar a proteção da infraestrutura de empresas estratégicas de São Paulo, como a refinaria de Paulínia ou as indústrias de São Jose dos Campos e do Rio de Janeiro, onde estão localizadas, por exemplo, a refinaria de Duque de Caxias (Reduc) e as Usinas Nucleares de Angra dos Reis.

Para melhor ilustrar a atuação do projeto, sua aplicação prática permitirá proteger 56% da matriz energética do País, além de 20 mil quilômetros de dutos de petróleo e gás em operação e mais de 100 mil quilômetros de linhas de transmissão, sendo que só Itaipu é responsável por 17% da energia elétrica produzida no Brasil.

A proteção se estenderá também a todos os terminais portuários e aeroportuários, termelétricas e projetos estratégicos e estruturas que correspondem a mais de 92% do PIB nacional. No total, são 371 locais que deverão ser permanentemente monitorados, além de 689 considerados de alto relevo e 13.300 classificados como de infraestrutura crítica.

No entanto, o Exército não vai realizar a guarda patrimonial de empresas e estruturas privadas, as quais dispõem de seus próprios sistemas de segurança.

Agindo de forma integrada com outros sistemas de monitoramento e projetos estratégicos, o PROTEGER vai possibilitar a atuação com sua Unidade mais próxima à instalação estratégica após esgotados os recursos locais.

A existência de um sistema como o PROTEGER terá também efeito dissuasório vital para inibir novas ameaças ao patrimônio nacional e resguardar as estruturas estratégicas na nação.

O sistema será integrado com outras instituições públicas e privadas e alinhado aos planejamentos do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e do Projeto de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro, preconizando atividades de prevenção, de antecipação e de emprego operacional na gestão de incidentes, com o emprego de tecnologias e a colaboração permanente entre as diversas agências integradas.

Cabe ressaltar que o Brasil é um dos poucos países entre as maiores economias do mundo e o único entre os BRICS que não possui um sistema eficiente de monitoramento e de defesa de suas instalações vitais e suas EETer.

O PROTEGER agrega poder dissuasório e constitui-se em importante ferramenta de ligação, comando e controle no âmbito da Força, permitindo intensificar a vigilância de estruturas vitais e agir com rapidez e eficiência no caso de ameaças concretas. Por tudo isso, gera novas capacidades para a Força Terrestre.



"Nova família de blindados sobre rodas. Fabricação Nacional"

3.2.5 Projeto GUARANI

O Projeto GUARANI, além de contribuir para o crescimento da indústria nacional de defesa, criará condições para que o Exército Brasileiro possa, cada vez mais, adequar-se às exigências decorrentes do Processo de Transformação. **(Projetos Estratégicos, 2014, P.13)**

O Projeto GUARANI tem por objetivo dotar as Unidades de Infantaria Motorizada e de Cavalaria Mecanizada do Exército de uma nova família de Viaturas Blindadas sobre Rodas e, desta forma, transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada.

A primeira viatura desenvolvida foi a Viatura Blindada para Transporte de Tropa Média de Rodas Guarani (VBTP-MR Guarani), possibilitando a substituição das viaturas URUTU e CASCAVEL, fabricadas pela ENGESA, que estão em uso desde a década de 1970.

O VBTP Guarani é um veículo blindado, sobre rodas, anfíbio, de 18 toneladas e tração 6x6, capaz de transportar até 11 militares. Suas dimensões são: 6,91 metros de comprimento, 2,70 metros de largura e 2,34 metros de altura.

As primeiras 100 viaturas já foram distribuídas para Unidades da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, situada em Cascavel (PR), e para o Centro de Instrução de Blindados, localizado em Santa Maria (RS) e há a perspectiva de entrega de 188 viaturas até o final de 2015. Essas OM realizarão as experimentações doutrinárias.

Os protótipos das várias configurações do Guarani são avaliados no Centro de Avaliações do Exército (CAEx), na cidade do Rio de Janeiro, onde são submetidos a intensos testes para confirmar o atendimento dos requisitos operacionais e técnicos estabelecidos pela Força.

O Guarani enquadra-se na classificação de viatura blindada de transporte de pessoal média sobre rodas (VBTP-MR) com capacidade para 11 pessoas. O veículo é equipado com sistema anfíbio e tração 6x6 capaz de alcançar velocidade elevada em terrenos diversos. O poder de fogo da artilharia é variável, podendo ser dotado de um canhão de 30 mm ou metralhadoras ponto 50 e 7,62 mm.



Figura 4: VBTP-MR Guarani

O projeto também contempla uma subfamília média, com as versões de reconhecimento, de transporte de pessoal, morteiro, socorro, posto de comando, de artilharia antiaérea, central de tiro, oficina e ambulância; e uma subfamília leve, com as versões reconhecimento, anticarro, morteiro leve, radar, posto de comando e observação avançada.

Todo o projeto foi concebido pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército e vem sendo desenvolvido em parceria com a IVECO Defesa, com sede no município de Sete Lagoas (MG), subsidiária da FIAT Automóveis S.A.

Ao todo 2044 viaturas serão entregues para o Exército até 2029, ao custo de R\$6 bilhões.

Um novo projeto de uma nova viatura blindada de reconhecimento (VBR) para o exército vem sendo desenvolvido desde 2014 na IVECO, em Sete Lagoas-MG. Sua principal característica é o chassi 8x8 que possibilita a velocidade elevada em terrenos diversos, com performance superior à versão 6x6 atualmente em uso na Força. A Nova VBR começará a ser elaborada ainda em 2015 e em cinco anos devem ser entregues as primeiras viaturas.

A previsão é que seja usada a mesma linha de produção onde hoje são fabricadas as VBTP-MR Guarani, em Sete Lagoas. Apesar de aproveitar a mesma plataforma, o veículo será mais veloz, terá blindagem reforçada e artilharia mais pesada, possibilitando seu uso em missões de reconhecimento. A viatura irá aproveitar boa parte das peças e sistemas usados no primeiro modelo. Entre as adaptações para atender à nova função cita-se a inclusão do canhão de 105mm,

enquanto na VBTP-MR o poder de fogo da artilharia é de canhões de 30 mm e metralhadoras ponto 50 e 7,62mm, conforme já abordado.

O Guarani já despertou interesse de diversos países de todo o mundo, já havendo exportações para Argentina, Chile e Líbano, com previsão de muitas outras em um futuro próximo.

Desta forma, o projeto colabora com o desenvolvimento da indústria nacional de defesa, gerando divisas para o país e contribui para a restauração da indústria brasileira como produtora e exportadora de produtos de defesa. O empreendimento também possibilita o desenvolvimento regional e a criação de novos postos de trabalho, movimentando a economia local.



Figura 5: Guarani chassi 8x8



“Astros 2020: Alcance - Precisão - Poder”

3.2.6 Projeto ASTROS 2020

O Brasil caminha para ser uma importante Nação, com projeção cada vez maior no contexto internacional, seja pela força de sua economia, com fulcro nas dimensões de seu território e na grandeza de suas riquezas, seja por sua natural liderança regional no continente sul-americano. Essas características impõem ao Brasil ter Forças Armadas estruturadas, equipadas, treinadas, adestradas, com grande poder de fogo, alcance e letalidade que lhe possibilitem respaldo as suas decisões soberanas nos foros internacionais. **(Projetos Estratégicos, 2014, P.19)**

O Projeto Astros 2020 vai ao encontro da necessidade de dissuasão extra regional, definida pelo EPEX como: “a capacidade que tem uma Força Armada de dissuadir a concentração de forças hostis junto à fronteira terrestre e às águas jurisdicionais e a intenção de invadir o espaço aéreo nacional, possuindo produtos de defesa e tropas capazes de contribuir para essa dissuasão e, se for o caso, de neutralizar qualquer possível agressão ou ameaça, antes mesmo que elas aconteçam”.

O projeto, que tem valor aproximado de R\$ 1,09 bilhão, prevê a aquisição do mais avançado sistema de lançamento de foguetes terra-terra desenvolvido no país.

A dissuasão extra regional é uma das onze capacidades elencadas pelo processo de transformação do Exército a serem produzidas para o sucesso do processo, atribuindo vital importância ao Projeto Astros 2020.

De acordo com o EPEX, o Projeto Estratégico ASTROS 2020 tem por finalidade dotar a F Ter de meios capazes de prestar um apoio de fogo de longo alcance, com elevada precisão e letalidade e contém no seu escopo e estrutura as seguintes etapas:

- criação e implantação de uma Unidade de Mísseis e Foguetes; um Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes; um Centro de Logística de Mísseis e

Foguetes; uma Bateria de Busca de Alvos; paióis de munições; e uma Base de Administração e Campo de Instrução de Formosa;

- modernização do atual 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes, transformando-o em 6º Grupo de Mísseis e Foguetes;

- desenvolvimento de dois novos armamentos: o foguete guiado, utilizando-se a concepção do atual foguete SS 40, da família de foguetes do sistema ASTROS II, em uso pelo Exército Brasileiro, e o míssil tático de cruzeiro com alcance de 300 km;

- construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) e outras instalações necessárias ao bem-estar da família militar na Guarnição de Formosa, em Goiás.

A ideia é estruturar as Unidades de Mísseis e Foguetes com um Comando e Estado-Maior, uma Bateria Comando e três Baterias de Mísseis e Foguetes mobiliadas com viaturas e equipamentos em fase de desenvolvimento com base no atual sistema ASTROS II.

Em termos práticos, as perspectivas do projeto são as seguintes:

- Implantação do Comando de Artilharia do Exército;
- Implantação do novo GMF (16º) e da Bia BA;
- Emprego estratégico em todo o território nacional; e
- Desenvolvimento da tecnologia de mísseis táticos de cruzeiro (capacidade de navegação) e foguetes guiados (trajetória balística).

A partir de sua implantação, o sistema ASTROS 2020 irá possibilitar a realização do lançamento, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal na versão MK-6, dos vários foguetes da família ASTROS e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km. Além disso, permitirá fazer toda a preparação para a realização do tiro, desde o recebimento e análise da missão, o comando e controle, a trajetória de voo e o controle de danos.

O Sistema ASTROS 2020 foi concebido e elaborado pela empresa brasileira AVIBRAS, sediada em São José dos Campos (SP). Os trabalhos na empresa AVIBRAS contemplam desenvolvimento e fornecimento do míssil tático de cruzeiro, do foguete guiado e das novas viaturas lançadoras, remuniçadoras, de comando e controle, meteorológica e de apoio ao solo, desde a sua concepção, projeto de engenharia, testes de voos, protótipos, definição de insumos agregados com elevada tecnologia e pintura com baixa resolução.

Devido à realização do Projeto ASTROS 2020, há ofertas de muitos empregos na área do Parque Industrial do Estado de São Paulo, na região de Formosa (GO) e do Distrito Federal. Ocorre também o estímulo às Universidades e Faculdades voltadas para o estudo de engenharia na área de mísseis, foguetes, guiamento eletrônico, telemetria, química, blindagem, tecnologia da informação, georreferenciamento, propulsão de foguetes etc. Este processo aumentará o número de profissionais com elevada capacitação e conhecimento em áreas de tecnologias de ponta, as quais serão absorvidas pelo parque industrial brasileiro e, certamente, poderão ser empregadas para fins civis.



Figura 6: Astros MK-6

Recentemente, em junho do corrente ano, o Exército recebeu as nove primeiras viaturas ASTROS versão MK-6. As viaturas foram entregues ao 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes, sediado no Campo de Instrução de Formosa - GO. O lote entregue consiste de uma Bateria de Mísseis e Foguetes ASTROS MK-6 que proporcionará nova capacidade de apoio de fogo à Força Terrestre, haja vista sua maior precisão e alcance de 300km.

Acrescente-se, ainda, que o Projeto poderia ser estendido à Marinha do Brasil, o que representaria a possibilidade de instalação de plataformas de lançamento em belonaves da Marinha de Guerra, o que aumentaria significativamente seu poder de projeção.

Em termos de comércio exterior, o projeto é visto também como uma forma de incrementar a futura pauta de exportações, gerar divisas e beneficiar a balança comercial brasileira. Isso se deve a necessidade de a negociação externa do produto exigir, como condição essencial, que o sistema seja adotado por pelo menos uma das Forças Armadas do Brasil.

A qualidade e a confiabilidade do novo equipamento desenvolvido já despertaram o interesse pela aquisição do equipamento por diversos Exércitos do mundo, sendo a Arábia Saudita o primeiro país a fechar uma importação de quatro baterias do LMF MK-6, com total de até 60 viaturas. Há grande probabilidade de que muitos outros processos de exportação do material ocorram nos próximos anos.

O Projeto Astros 2020 exercerá, a partir de sua implantação, inquestionável efeito dissuasório e representará a ampliação das capacidades atuais e a geração de novas capacidades para a defesa dos interesses do Brasil, indo ao encontro das estratégias de dissuasão extra regional e, particularmente, da projeção de poder.



3.2.7 Projeto DEFESA CIBERNÉTICA

A partir da publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, o Governo Brasileiro estabeleceu o Setor Cibernético como um dos três setores de importância estratégica para a Defesa Nacional.

Este setor vital do campo militar, com reflexos diretos em todos os demais campos do poder, contempla o emprego de modernos meios tecnológicos, enfaticamente as redes de computadores e de comunicações destinadas ao trânsito de informações, seja por meio de pessoas, no atendimento de suas necessidades individuais, seja por organizações diversas, inclusive aquelas dedicadas a setores estratégicos do País, como é o caso da Defesa Nacional.

Em cumprimento ao estabelecido na END, e atendendo a determinação do Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro, em 2009, instituiu o Setor Cibernético no âmbito da Força Terrestre.

O Projeto Estratégico de Defesa Cibernética surgiu dessa necessidade imperiosa, e logo se percebeu a necessidade da existência de um órgão que fosse encarregado de exercer a governança, de forma colaborativa, entre os vetores naturalmente vocacionados para compor a defesa no campo cibernético. Tal anseio foi materializado em 2010 com a criação do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), por determinação do Comando do Exército.

As premissas de trabalho deste novo órgão são coordenar e integrar os esforços dos vetores da defesa cibernética. Para atuar neste segmento tão específico, iniciou-se, entre outras atividades, o processo de capacitação de recursos humanos, possibilitando o domínio de temas multidisciplinares. Especial enfoque foi destinado ao desenvolvimento de doutrina de proteção dos próprios ativos, bem como na capacidade de atuar em rede, na de implementar pesquisa científica voltada ao tema e de coordenar relações com instituições civis acadêmicas e empresariais. Produtos como sistemas de segurança da informação, programas de detecção de intrusão, hardware para a composição de laboratórios e simuladores de defesa e guerra cibernética, além de estímulo à produção de software nacional, como antivírus, a realização de seminários e programas de treinamento especializado são alguns exemplos das ações adotadas para a identificação e o desenvolvimento das capacidades mencionadas. **(Projetos Estratégicos, 2014, P.11)**

Devido a relevância do assunto e do conjunto de ações implementadas pelo Exército, o Projeto Estratégico de Defesa Cibernética incluiu o Exército Brasileiro no restrito grupo de organizações nacionais e internacionais que possuem a capacidade de desenvolver medidas de proteção e mitigar ataques no campo cibernético.

De forma prática, as principais perspectivas do projeto são as seguintes:

- Implantação do Comando de Defesa Cibernética;
- Implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética;
- Construção do novo pavilhão do CITEx ;
- Conclusão das novas instalações da Escola de Comunicações;
- Rádio definido por software; e
- Sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética.

Uma vez sedimentado, o Projeto Estratégico de Defesa Cibernética passou a ganhar forma por meio de dez projetos estruturantes, dos quais é possível assinalar: o desenvolvimento de equipamento de Rádio Definido por Software (RDS), de uma

Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia (RENASIC); e a produção de doutrina específica para este tipo de atividade, entre outros.

Cabe atualmente às Organizações Militares ligadas ao setor de telecomunicações a condução dos referidos projetos estruturantes, com destaque para as seguintes OM: o Instituto Militar de Engenharia, o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, o Centro de Desenvolvimento de Sistemas do Exército, o Centro Tecnológico do Exército e o Centro de Inteligência do Exército.



Figura 7: Defesa cibernética

Os eventos ocorridos durante a Copa do Mundo FIFA - 2014, quando vários órgãos sofreram interferências por ataques cibernéticos, com potenciais prejuízos para o desenvolvimento de suas atividades e até com o comprometimento da instituição ou da imagem do país no exterior, mostram a importância e a necessidade de um eficiente sistema de defesa cibernética no país.

O projeto tem despertado o interesse de outras nações, particularmente no subcontinente sul-americano e há possibilidade de intercâmbio na área com a Argentina, que desde 2011 demonstra interesse no setor de defesa nacional e possui atualmente oficiais realizando cursos de defesa cibernética no Brasil.

O Projeto Defesa Cibernética mostra-se vital para o processo de transformação do Exército, pois é um instrumento imprescindível para a garantia dos interesses nacionais. Sua relevância vai ao encontro das estratégias prioritárias na nação expressas na END/2008 e indubitavelmente será um dos esteios de um Exército Brasileiro transformado por novas capacidades geradas ao longo do processo ora vivenciado.



3.2.8 Projeto DEFESA ANTIAÉREA

A aquisição de meios modernos de Defesa Antiaérea e a sua nacionalização, além de reequipar as Unidades e Subunidades com o que há de mais moderno no segmento de defesa, permitirá ao Exército Brasileiro cumprir missão na defesa de forças, instalações ou áreas. **(Projetos Estratégicos, 2014, P.16)**

O Projeto Defesa Antiaérea vai ao encontro das necessidades do país em possuir eficiente estratégia dissuasória, já determinada como prioritária pela END/2008. Nesse contexto, o processo de transformação do Exército, pretende dotar a Força desta imprescindível ferramenta de dissuasão e combate.

Como é sabido, a Defesa Antiaérea (DAAe) constitui-se em importante partícipe na estratégia de defesa de um país, por se configurar em elemento de dissuasão de extrema importância para uma nação que se deseja manter soberana. Importante ressaltar que não existe a possibilidade de improvisação na mobilização de recursos humanos e materiais de emprego militar, quando do emprego da Defesa Antiaérea. Tal sistema exige total integração com os sistemas de comando e controle e o adestramento constante, desde o tempo de paz, devido às suas peculiaridades e complexidade. Tais premissas aplicam-se diretamente às pretensões do Brasil no cenário atual e futuro.

Acrescente-se a isso, o fato de que a história recente dos conflitos bélicos ao redor do mundo, particularmente aqueles envolvendo contendores com grandes diferenças orçamentárias e meios de defesa, tem demonstrado a larga utilização das forças aéreas para realizar operações de bombardeio ou ataques a alvos selecionados sem qualquer possibilidade de reação do oponente. Tal situação nos remete a real necessidade de um eficiente sistema de defesa antiaérea no país, sob

pena de ficar a mercê da sorte e sem possibilidade de garantir nossas instalações vitais no caso de conflitos.

É no contexto dessa premissa que está sendo desenvolvido o Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea, cujo principal objetivo é dotar a Força Terrestre da capacidade de atender às necessidades de defesa das estruturas estratégicas terrestres do País, defendendo-as de possíveis ameaças provenientes do espaço aéreo.



Figura 8: Defesa Antiaérea

O projeto prevê reequipar as atuais Organizações Militares de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro, mediante a aquisição de novos meios, com a modernização dos meios já existentes, além do desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, com capacitação de pessoal e a implantação de um Sistema Logístico Integrado (SLI), para oferecer suporte aos Produtos de Defesa (PRODE) durante todos os seus ciclos de vida.

As principais perspectivas gerais do projeto são:

- Implantação da 6ª e 11ª Bia AAAe AP (Gepard);
- Ampliação e adequação da EsACosAAe; e
- Possível aquisição do sistema de artilharia antiaérea de média altura Pantsir-S1 pelo MD (3 baterias).

A necessidade de independência de mercado externo nesse sensível setor de defesa, levou o Exército à opção pela aquisição de meios modernos de DAAe e a sua nacionalização.

O projeto trará notório incremento ao poder militar brasileiro e permitirá que o Exército Brasileiro cumpra, com elevadíssima margem de sucesso, as diversas missões militares inerentes à defesa do espaço aéreo, tais como a defesa de refinarias, aeroportos, usinas hidrelétricas e centros de poder, protegendo as estruturas estratégicas do País de ameaças e exercendo grande poder dissuasório.

3.2.9 Ações a serem realizadas por projeto - alinhamento estratégico

O Plano Estratégico do Exército 2016-2019 (PEEx 2016-2019), elaborado em dezembro de 2014, que materializa a 5ª fase da Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx 5), aborda o processo de alinhamento estratégico a ser seguido para a implantação das ações que efetivamente conduzirão o processo de transformação do Exército em cada um dos sete Projetos Estratégicos.

O referido Alinhamento Estratégico é obtido pela interligação dos Objetivos Estratégicos do Exército com as Estratégias e Ações Estratégicas correspondentes.

Por sua vez, as Ações Estratégicas estão compostas de atividades impostas pelo Planejamento Estratégico, sem, contudo, haver restrições ao alinhamento de outras atividades visualizadas pelos gerentes dos projetos e constantes de suas Estruturas Analíticas de Projetos (EAP) que deverão constar dos Planos Setoriais.

As ações estratégicas referentes aos PEE ora em estudo encontram-se relacionadas no Plano Estratégico do Exército 2016-2019, não sendo alvo deste trabalho monográfico.

4. PODER MILITAR E PROJEÇÃO DO PODER

No decorrer do presente capítulo procurar-se-á estabelecer relação entre o poder militar de um Estado e sua capacidade de projetar poder. Para tanto, faz-se necessário estabelecer parâmetros quanto às definições de cada um dos conceitos abordados, de forma a constatar a instrumentalidade do poder militar para a condução da política externa e, por conseguinte, para atingir um pressuposto objetivo estratégico de projeção de poder.

Assim sendo, o poder militar e a projeção do poder serão abordados de forma independente para, posteriormente, serem relacionados à luz dos fundamentos da lógica e da literatura acadêmica pertinente.

4.1 PODER MILITAR

4.1.1 Definições

- Poder

A definição mais rudimentar do termo aparece nos dicionários de vernáculos, como no *dicionário Houaiss*: v. ter domínio sobre; ter força física ou moral; o governo.

Já no *dicionário Aurélio*, a definição mais pertinente ao foco do estudo em questão é que poder refere-se a ter força, possibilidade, autoridade, influência para alguma ação.

Ambas definições relacionam o poder à autoridade, ao governo, e, por extensão, ao Estado, que o possui e exerce de forma variada para atingir seus objetivos.

Segundo Alsina Junior (2009), na relação entre Estados, não haveria sequer a necessidade de que o poder existisse concretamente, uma vez que bastaria a percepção de sua existência para a produção dos efeitos desejados. Tal assertiva remete ao conceito de dissuasão.

Há, ainda, a tradicional diferenciação de poder de Joseph Nye, classificando o poder em *soft* e *hard power*, referindo-se à capacidade de exercer poder pela influência persuasiva ou corretiva, respectivamente, classificação esta abordada por Alsina Junior em sua obra, *Política externa e poder militar no Brasil*.

Isto posto, podemos conceituar o poder em termos de relações entre os estados como sendo a capacidade de impor sua vontade ou defender seus interesses por meio da influência ou de ações.

- **Poder Nacional**

Este é um conceito complementar ao anterior e serve para situar o trabalho em nível específico do Estado. De acordo o glossário de termos do MD, poder nacional é a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem uma nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar e manter os objetivos nacionais. Segundo a mesma fonte, o poder nacional pode ser manifestado nas seguintes expressões ou campos do poder: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica.

- **Poder Militar**

Segundo o Glossário de Termos Militares, do Ministério da Defesa, o poder militar é a expressão do poder nacional constituída de meios predominantemente militares de que dispõe a nação para, sob a direção do Estado, promover, pela dissuasão ou pela violência, a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais.

Robert J. Art, autor de “*Para que serve o poder militar?*” considera que o poder militar se define por suas funções, quais sejam: defesa, dissuasão, coerção e “mostrar a bandeira”, ficando claro que das quatro funções do poder militar apenas duas se referem ao uso as força, a defesa e a coerção, concluindo-se que Art também admite o exercício do poder sem o uso da força no campo militar.

Faz-se menção, ainda, a definição de Alsina Junior (2009), que considera o poder militar um dos pilares da influência corretiva, podendo quando exercido pela força ser efetivado de forma direta (violência física) ou indireta (meios não violentos), nesta última aproximando-se da influência persuasiva.

Em qualquer das definições acima descritas, fica latente o aspecto instrumental do poder militar para atingir os interesses do Estado, pelos meios e formas que a vontade política, incluindo nesta a diplomacia, assim o definir.

A conclusão fundamental acerca do conceito é que o poder militar é um dos pilares da influência corretiva do poder, não podendo ser ignorado no repertório de opções do Estado.

- **Poder Militar Terrestre**

Este é outro conceito complementar que particulariza o conceito de poder militar no âmbito da Força Terrestre. À luz do glossário de termos do MD, o poder militar terrestre é assim definido:

O poder militar terrestre compreende a parte integrante do poder terrestre capacitada a atuar militarmente em terra e em certas áreas limitadas de águas interiores de interesse para as operações terrestres, bem como, em caráter limitado, no espaço aéreo sobrejacente. Compreende a Força Terrestre, incluídos os meios aéreos e fluviais próprios, suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como as forças adjudicadas pelos poderes naval e militar aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão do Exército e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade terrestre. **(MD 35-G-01, 2007).**

4.1.2 Incremento do Poder Militar e sua influência na Política Externa

Feito o embasamento conceitual acerca das nuances do poder, considera-se questão de lógica associar o incremento do poder militar- entendendo-se por tal, o aumento, o acréscimo qualitativo e quantitativo, o desenvolvimento, o aperfeiçoamento, entre outros termos que se refiram a ganho – à mesma situação atribuída a qualquer dos componentes que o definem.

Assim sendo, se adotarmos a definição de Robert J. Art, haverá incremento de poder militar sempre que um estado augurar incremento de condições de dissuadir, coagir, defender ou “mostrar a bandeira”, esta última ação relacionada a demonstrar força.

Analogamente, se concursarmos Alsina Junior, haveria incremento de poder militar sempre que o Estado criasse condições de exercer maior influência ou obter maior força para impor sua vontade.

Considerando não haver dúvida quanto a relação de causa e efeito acima exposta, faz-se mister outra relação vital para o propósito do trabalho em pauta: determinar a influência do poder militar na política externa de um estado.

Cabe ressaltar que o presente trabalho não tem a intenção de rebater a críticas ou argumentos que discordem das assertivas e pensamentos nele descrito, à luz de pesquisas e notadamente relacionamento com fatos históricos e mesmo com acontecimentos recentes do cenário internacional.

Há quem discorde da relação de poder militar e política externa elencando estados que não possuem Forças Armadas ou as possuem de forma limitada e sem possibilidade de emprego externo por força de constituição nacional, como Japão, Suíça e México, e que efetivamente exercem poder por outras expressões do poder nacional.

O argumento acima, sob ótica deste autor, é bastante inconsistente, uma vez que, conforme visto anteriormente, o poder militar pode ser exercido por outras formas que não a ação violenta direta.

No caso da Suíça, que estado teria a audácia de ameaçar aquele país tradicionalmente neutro, onde residem interesses financeiros de todos os demais Estados da União Europeia e do ocidente sem esperar retaliação imediata da OTAN ou medidas de embargo nos campos político e econômico?

Cabe lembrar que a Suíça é membro do Programa de Parceria pela Paz (PPP) da OTAN desde 1996, preferindo não aderir à Aliança Militar Ocidental, o que seria incompatível com a tradicional neutralidade do país. Todavia, a Suíça possui Forças Armadas no modelo soldado-cidadão com serviço militar obrigatório, participando de manobras conjuntas com a OTAN e é totalmente cercada por estados pertencentes àquela Organização, o que lhe confere posição bastante cômoda para manter sua neutralidade.

Ademais, no caso de agressão à Suíça, haveria certamente uso de poder de outro estado ou aliança em defesa de interesses fora daquele estado, mas ainda assim, haveria essa ação.

Assim, a Suíça exerce efeito dissuasório não pelo seu poderio militar, mas pela capacidade das suas alianças e suas outras expressões de poder.

A mesma assertiva pode ser aplicada a muitos outros estados-atores que não possuem Forças Armadas fortes, mas possuem alianças, acordos bilaterais ou fazem parte de interesse vital de outros Estados que defendem seus aliados com seu poder militar, conforme visto recentemente quando da 1ª Guerra do Golfo, após invasão do Kuwait pelo Iraque.

No que se refere ao Japão, o argumento se torna ainda mais frágil, pois o país deixou de ter Forças Armadas de fato ao término da 2ª Guerra Mundial devido a uma constituição imposta pelos Estados Unidos da América e vem progressivamente aumentando seus efetivos e investindo pesado em material defesa, conforme se

configuram as ameaças a sua soberania ou aos seus interesses, particularmente materializado pelo crescimento econômico e aumento de influência da China no mundo.

Ressalta-se, ainda, que o Japão já pleiteia um assento permanente no Conselho de segurança das Nações Unidas (CSNU), constituindo a proposta do G4, junto com Brasil, Alemanha e Índia. Em julho deste ano, o 1º Ministro japonês, Shinzo Abe, conseguiu a aprovação de resolução que permite ao país a autodefesa coletiva e apoio a países aliados sob ataque, sepultando definitivamente a política pacifista pós-guerra.

Feitas as considerações julgadas pertinentes acerca dos argumentos contrários apresentados, passa-se a apresentar aspectos que dão suporte a assertiva de que o poder militar exerce influência na política externa de um estado.

É notório que o Brasil desenvolve papel primordial na conformação do Complexo de Segurança Regional (CSR) da América do Sul, assim definido por Alsina Junior (2009), como um complexo de processos de segurança interligados cujos problemas não podem ser resolvidos de forma independente, pois configura-se na maior potência regional, com a maior economia, maior gasto com Defesa, maior atuação no cenário internacional e com participação ativa em diversos foros mundiais (OMC, G8+5, G20, Mercosul, G4, BRICS, Unasul, etc).

Assim sendo, é interesse do Brasil a manutenção da estabilidade no subcontinente para evitar o desvio de recursos para a manutenção do *status quo* com emprego de qualquer das expressões de seu poder nacional.

Em um cenário mais amplo, é inegável que configurando-se todas as projeções realizadas pelas mais diversas fontes nacionais e internacionais, o País se encontrará em breve entre as cinco ou seis maiores economias do mundo, com reais possibilidades de atingir seu pleito de ocupar um assento permanente no CSNU e, a despeito disso, terá um peso muito mais relevante nas questões internacionais, necessitando de respaldo para fazer valer suas decisões políticas, honrar suas alianças ou mesmo para defender seus interesses em outros países e em seu próprio território.

Como fazê-lo? Por meio de que expressões do poder nacional? Econômico, por meio de embargos e ações na OMC? Político, usando seu poder de influência

em outros Estados para pressionar, coagir, expondo-se obviamente a condições impostas pelos pretensos aliados ou “amigos”?

Faz-se claro que todas os questionamentos feitos acima dependem de uma contextualização e de um cenário prospectivo ou mesmo de hipóteses de ameaças e conflitos. Todavia, a colocação de tais questionamentos aplicados aos cenários prospectivos, contextualizações e hipóteses de ameaças e conflitos cabíveis ao Estado Brasileiro as fazem coerentes com o propósito deste trabalho.

Elencando caso hipotéticos, seria possível resolver ingerências em nossa soberania na Amazônia ou no pré-sal apenas por via diplomática? Seria possível impor sanções a um outro estado como membro do CSNU apenas com o respaldo de nossa diplomacia ou de nosso poder econômico? É possível projetar poder em nossas áreas de interesse estratégico sem considerar o respaldo do poder militar?

Mesmo que respondendo a todos os questionamentos de forma positiva, o que se julga temeroso, será que não seriam essas tarefas muito mais facilmente executáveis com o respaldo da expressão militar do poder nacional? Caso a resposta seja sim, o que se denota óbvio, resta comprovada a tese de que o poder militar exerce influência na política externa de um estado e, é claro, seu incremento representa acréscimo no poder de influência de forma diretamente proporcional.

Em sua obra já nominada neste trabalho, Alsina Jr., considera que a diplomacia brasileira, conciliadora e mediadora, tem forte interesse na estabilidade regional sul-americana. Todavia, ele próprio faz lembrar que a ênfase na moderação não nos permite excluir das opções de política externa a influência corretiva do poder militar.

Apresenta-se também, a conclusão de Alsina Junior à questão central de sua obra, o questionamento acerca da relevância do poder militar para o Brasil e sua política externa. A conclusão do livro propõe a não apenas fazer o fechamento da obra em tela, mas a responder uma pergunta: Afinal, o poder militar importa no caso do Brasil? Alsina Júnior responde afirmativamente essa indagação, demonstrando as potencialidades e a urgência de uma política externa dotada do maior número de instrumentos e opções para a atuação externa do Brasil, entre elas o uso da força militar. Prevalece no juízo do autor a “ética da responsabilidade”. Em tempos de turbulência internacional, o momento histórico em que o autor publica a obra em apreço é mais do que acertado. O processo de inserção internacional do Brasil, o maior destaque das questões de defesa e das Forças Armadas torna necessária a retomada do pensamento estratégico e de segurança no Brasil, inclusive para o amadurecimento democrático. Alsina Jr., como pertencente do mundo da diplomacia, mas também do universo militar no Ministério da Defesa, oferece uma lúcida reflexão acerca de um dos temas mais importantes da alta política nacional: a consolidação e ascensão do Brasil como uma potência emergente e o papel da diplomacia e da força armada voltada a cumprir os objetivos do interesse nacional. **(Revista Política Hoje, 2010, P.249).**

Observa-se, portanto, que o renomado autor considera relevante a existência de poder militar como instrumento da política externa brasileira.

Da mesma forma, durante palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, em julho de 2015, o Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes, destacado diplomata brasileiro, possuidor inúmeras obras publicadas acerca de política externa e diplomacia e sem dúvidas um dos mais experientes e renomados diplomatas brasileiros, afirmou categoricamente que “o poder militar exerce relevante papel no âmbito das relações internacionais”.

Pode-se inferir do exposto, e doravante considerar premissa no escopo deste trabalho, que o poder militar de um estado exerce influência na sua política externa, na razão de sua grandeza, pois em última instância, mostra-se eficiente instrumento para dissuadir, coagir, defender os interesses, demonstrar sua força ou mesmo, em uma visão *softpower*, influenciar ou respaldar a influência do estado no cenário internacional.

4.2 PROJEÇÃO DE PODER

4.2.1 Generalidades

Inicialmente, julga-se pertinente definir o que vem a ser a Projeção de Poder, por mais óbvio que possa parecer diante das definições anteriores de “poder” e “poder militar”.

Segundo o Wikipédia, projeção de poder é um termo usado na ciência militar e ciência política para referir-se à capacidade de um estado para implementar a política por meio da força, ou a ameaça disso, em uma área distante do seu próprio território.

Todavia, tal conceito particulariza o termo em estudo para ações no campo militar, o que o torna incompleto para nossos propósitos sob a ótica deste autor.

Um conceito mais amplo e preciso vem do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, na sua publicação J1-02.

Capacidade de uma nação aplicar todos ou alguns dos seus elementos de poder nacional - político, econômico, informativo, ou militares – para rapidamente e efetivamente desdobrar e manter forças em múltiplas posições dispersadas para responder a crises, para contribuir para intimidação, e realçar estabilidade regional. (JP1-02, 2011, P.287).

Embora reconhecidamente mais completo, o conceito acima também direciona a ideia de projeção de poder prioritariamente a uma ação no campo militar, o que parece inevitável e comumente ocorre na grande maioria dos conceitos do termo encontrados.

Talvez a melhor definição de projeção de poder, embora simples, seja a do General de Exército Raimundo Nonato de Cerqueira Filho, antigo Comandante de Operações Terrestres do Exército Brasileiro, que diferenciava projeção de poder e de força.

Projeção de Poder, se refere à capacidade que um país possui de acionar, na totalidade ou em parte, os instrumentos do Poder Nacional (político, econômico, diplomático, militar etc.) para incrementar o seu nível de dissuasão, para responder a crises e para contribuir com a estabilidade regional, particularmente em seu entorno estratégico de interesse. **(PROJEÇÃO DE FORÇAS E PROJEÇÃO DE PODER, COTER, 2008).**

Já a Projeção de Força era definida por ele como a capacidade de rapidamente reunir e deslocar efetivos para conduzir operações em qualquer parte do território nacional. Esse conceito se aplica tanto no nível estratégico como no operacional.

A despeito das diversas formas de conceituar a expressão em tela, o ponto comum encontra-se na abordagem da capacidade do estado de atingir seus interesses e objetivos em sua área de interesse político ou estratégico, utilizando-se das diversas expressões do poder nacional.

Observa-se que não necessariamente o poder militar se encontra tacitamente envolvido na projeção de poder, citando-se como exemplo o poder político envolvido na política de cooperação ou *smart power* e no *softpower* tão bem caracterizados no governo Lula, no Brasil, na década passada.

Todavia, é inegável constatar que tal forma de projeção de poder sem respaldo no campo militar encontra limitações e barreiras no cenário internacional, como observado na desastrosa tentativa do governo Lula em negociar a paz entre judeus e palestinos em 2009, tida como jocosa na comunidade internacional, não sendo raro ouvir-se a expressão: “gigante econômico e anão diplomático” em referência ao Brasil.

Assim sendo, não se pode negar que a capacidade de projeção de poder é vital nas relações internacionais, pois o estado passa à comunidade internacional uma mensagem clara de suas reais possibilidades de atuar com seus meios existentes

para atingir seus objetivos, exercendo poder dissuasório e coercitivo sem necessariamente empregar seu poder militar para isso.

4.2.2 Projeção de poder do Brasil: fundamentação teórica

O próprio título do presente trabalho nos remete a necessidade de haver pretensão do Brasil em possuir condições de realizar a projeção de poder em sua área de interesse estratégico.

Ao consultar-se o Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, Política de Defesa Nacional observa-se o seguinte texto.

O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África. **(PND, Brasil, 2005).**

O mesmo documento destaca como diretrizes estratégicas:

[...]; XXII - participar ativamente nos processos de decisão do destino da região Antártica; XXIII - **dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU** [...] XXV - participar de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais) **(PND, Brasil, 2005) (grifo nosso).**

A Estratégia Nacional de Defesa (END), o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, estabelece como diretrizes,

Desenvolver, lastreada na capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica. A mobilidade estratégica – entendida como a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito – reforçada pela mobilidade tática – entendida como a aptidão para se mover dentro daquela região – é o complemento prioritário do monitoramento/controlar e uma das bases do poder de combate, exigindo, das Forças Armadas, ação que, mais do que conjunta, seja unificada. O imperativo de mobilidade ganha importância decisiva, dadas a vastidão do espaço a defender e a escassez dos meios para defendê-lo. O esforço de presença, sobretudo ao longo das fronteiras terrestres e nas partes mais estratégicas do litoral, tem limitações intrínsecas. É a mobilidade que permitirá superar o efeito prejudicial de tais limitações. **(END, Brasil, 2008).**

O Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) também contém importantes definições assertivas acerca das prioridades de atuação da defesa nacional, afirmando que na relação com outros países, “o Brasil dá ênfase a seu entorno

geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África”.

As áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas pelas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), as quais incluem o mar territorial (MT), a zona contígua (ZC), a zona econômica exclusiva (ZEE) e a plataforma continental (PC), bem como a região compreendida entre o Paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores. O Brasil também dedica, junto a seus vizinhos da África Ocidental, especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). **(LBDN, Brasil, 2012).**

No que se refere ao cenário internacional, a vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de reconhecida capacidade militar, apta a gerar efeito dissuasório. **(LBDN, Brasil, 2012).**

É notório que a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) representam marcos históricos no sentido da afirmação e divulgação dos fundamentos e parâmetros da defesa.

Outros estudiosos de geopolítica e relações internacionais reforçam a posição de liderança regional do Brasil e definem seu entorno estratégico ou área de interesse estratégico. Segundo o professor Pia Penna Filho, durante a V Reunião Temática do Centro de Estudos Estratégicos do EME:

Credenciais para a liderança regional brasileira: dimensão continental do país; capacidade econômica e militar; atuação ativa do BNDES em inversões na região; ampliação dos projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento com os vizinhos; aceitação tácita, por parte dos países da região, com relação à atuação do Brasil (sem resistências ou projetos rivais ou alternativos de liderança). **(Penna Filho, 2015).**

O Plano Brasil 2022, de dezembro de 2010, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, prevê em seus registros:

“Só existe soberania de fato com Defesa forte, isto é, com Forças Armadas adequadamente equipadas e adestradas, em condições de atuar de forma conjunta em quaisquer cenários, especialmente ante os cenários de ameaças cada vez mais difusas”. **(Brasil, 2010).**

Em maio de 2015, durante palestra proferida na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, para uma plateia de militares de alta patente das três Forças e civis integrantes dos corpos docentes e discentes dos cursos de Política, Estratégia e

Altos Estudos Militares do Exército e correspondentes das demais Forças e da Escola Superior de Guerra, o General de Exército Villas Bôas, Comandante do Exército, apontou como estado final desejado do emprego do Exército:

- capacidade dissuasória regional; e
- capacidade de projeção de força na área de interesse estratégico do País.

Um aspecto altamente relevante é o da definição do que se considera área de interesse estratégico para o Brasil ou área de entorno estratégico.

Em artigo intitulado “Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional”, na Revista Brasileira de Política Internacional, o internacionalista Júlio César Cossio Rodriguez destaca a preocupação com a defesa e a projeção do poder na PDN e END.

Como exemplos dessa nova preocupação do País, citam-se a Política de Defesa Nacional (PDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), que têm como objetivos dotar o País de capacidades de projeção de força militar regional e de dissuasão, mas também se vinculam a um projeto de desenvolvimento nacional e integração regional. (RODRIGUEZ, 2012).

Ao prefaciар o livro: “O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul”, o então Ministro da defesa, Celso Amorim, afirmou:

“O Brasil é um país que vem crescendo, com inclusão social e projeção internacional, em um contexto de plenas liberdades democráticas. Para fazer frente aos desafios externos que o aguardam nessa etapa histórica, o Brasil deve se pautar por uma grande estratégia em que a política de defesa e a política externa se conjuguem para prover a paz. Na América do Sul, de um lado, e no Atlântico Sul e na orla ocidental da África, de outro, esse objetivo há de ser alcançado pela intensa cooperação com os países vizinhos. É fundamental que o Brasil se cerque de um cinturão de paz e boa vontade em todo seu entorno estratégico. Destaque-se, por exemplo, a necessária proteção das fronteiras terrestres brasileiras, que tem sido orientada pelo Plano Estratégico de Fronteiras, lançado em 2011, e reforçada pelas ações da Operação Ágata, que, em 2013, atingiu sua sétima edição. Ao mesmo tempo, o país precisa estar pronto para se defender contra ameaças oriundas de outros quadrantes. Deve-se construir adequadas capacidades dissuasórias no mar, em terra e no ar. Isto é essencial para desestimular eventuais agressões à soberania brasileira e, desta forma, respaldar a inserção pacífica do Brasil no mundo.” (O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul, 2014).

NO artigo “O Brasil e seu ‘entorno estratégico’ na primeira década do século XXI”, José Luís Fiori define o conceito de “entorno estratégico” do país como “a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul. ”

Não resta dúvidas, portanto, que à luz dos diversos documentos oficiais e obras compulsadas, o entorno estratégico compreende toda a América do Sul, o Atlântico Sul e os países da costa ocidental da África, o entorno africano.

Segundo Penna Filho (2015), a definição do entorno africano seria a constituída pelos membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), totalizando 21 Estados africanos: África do Sul, Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Segundo o mesmo autor também seriam incluídos nesse entorno estratégico brasileiro os 6 países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Moçambique, este último o único que não é membro da ZOPACAS. Logo, o entorno africano seria constituído de 22 países.

Cabe ressaltar que há diversas empresa brasileiras presentes em 23 países africanos, com destaque para a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Andrade Gutierrez, a Randon e a Odebrech.

Todavia, julga-se não haver necessariamente coincidência entre entorno estratégico e área de interesse estratégico do Brasil, embora termos similares possam refletir realidades diferentes de acordo com a situação do cenário internacional.

Infere-se que o entorno estratégico está relacionado com a área em volta do país que lhe permite manter sua segurança territorial e sua extensão marítima e o prolongamento dela, no caso na África ocidental. Pode-se também atribuir a este conceito países que se unem ao Brasil por laços de língua mãe, como Moçambique, embora se possa questionar a ausência de países de língua portuguesa ou com tais origens, como o Timor Leste, localizado na Oceania, no conceito de entorno estratégico brasileiro.

De qualquer forma este autor considera que o conceito de área de interesse estratégico é mais abrangente e pode ser acrescido ao entorno estratégico de áreas em qualquer parte do mundo em que haja interesses no nível político e estratégico a serem defendidos por meio de qualquer dos campos do poder nacional.

Pode-se exemplificar a assertiva acima com a situação do Haiti, que desde 2004 conta com considerável efetivo militar do Brasil sob égide de Resolução da ONU, logo considerada área de interesse estratégico, não fazendo, no entanto, parte de nosso entorno estratégico. O mesmo poderia acontecer em relação a qualquer lugar no planeta em que o Brasil viesse a atuar sob os auspícios da ONU, de outro organismo internacional ou mesmo de forma independente.

Da mesma forma, pode-se refletir acerca da flexibilidade de tais conceitos, pois o cenário internacional é notadamente dinâmico e um único fato isolado e inesperado pode fazer mudar o cenário e com ele o posicionamento de alianças, interesses e posições, pois como é largamente sabido no meio acadêmico: nas relações internacionais não existem amigos ou inimigos, só interesses.

A despeito de tais reflexões, considera-se não restar dúvidas de que existe ampla fundamentação teórica para as assertivas de que o Brasil pleiteia a capacidade de projetar do poder em áreas de seu interesse estratégico e de manter Forças Armadas com mobilidade estratégica e capazes de dissuadir potenciais ameaças ao estado brasileiro ou a seus interesses nacionais.

4.3 RELAÇÃO ENTRE PODER MILITAR E PROJEÇÃO DO PODER

No presente capítulo deste trabalho tem se notabilizado o uso da lógica e de conceitos consagrados para estabelecer relações de causa e efeito.

Ao considerarmos a referência conceitual realizada até o momento, não configura tarefa difícil estabelecer ligação entre os dois tópicos: poder militar e projeção do poder.

Independentemente do conceito que se escolha de poder militar, seja do glossário de termos do MD, seja a definição de Alsina Junior ou de Robert Art, o cerne de tal conceito reside sobre a denominação da expressão do poder nacional que usa o instrumento de meios militares para defender, dissuadir, coagir ou mostrar força, para o atingimento de objetivos e interesses nacionais.

Já foi também, no escopo deste trabalho, feita a relação entre incremento do poder militar e seus reflexos na política externa, pela determinação lógica da proporcionalidade inerente ao próprio conceito de poder militar. Quanto maior for

esse poder, maior será a capacidade de o estado exercer coação, dissuasão, defender-se ou mostrar força por meio daquela expressão do poder nacional.

Cabe lembrar que, para o exercício de tais ações não é necessário empregar tal poder, apenas tê-lo, ou em situações específicas, apenas fazer crer que o possui.

Da mesma forma, já foi observado no escopo deste trabalho que a projeção do poder pode ser realizada por diversas expressões do poder nacional, mas que a existência de poder militar competente exerce influência direta sobre a projeção por outros meios como as políticas *de smart power*, *soft power* ou de cooperação, todas abordadas anteriormente.

É lícito inferir, pelo visto e tratado até este momento, que o poder militar é um dos instrumentos de projeção de poder, sendo sua simples ocorrência um vetor de dissuasão e intimidação de ameaças potenciais ao estado.

Quanto a equivalência por gradação, supõe-se que também ocorra no caso da relação entre poder militar e projeção do poder, haja vista ser notório que estados que dispõem de maior poder militar têm maior capacidade de projetar poder.

Tal assertiva encontra base coerente se forem utilizados exemplos práticos. Os EUA possuem poder militar muito superior ao Canadá e por isso tem capacidade de projetar poder em mais locais, de forma mais intensa e por mais tempo que o Canadá.

Isso é verdadeiro se for considerado o emprego de tropas, pois os americanos possuem mais Divisões Expedicionárias em condições de cumprir tal tarefa; e mesmo se for considerada apenas a existência e não o emprego de poder militar, pois os EUA possuem efeito dissuasório e intimidação de ameaças muito superiores ao canadense, devido ao seu maior poderio militar, fato reconhecido em todo o mundo.

Reitera-se que há artifícios para ocorrência de projeção de poder sem uso do poder militar, mas que mesmo nesse caso, a simples existência de poder militar já está implícita no processo da referida projeção. É mais fácil convencer e influenciar outros atores do cenário internacional quando se tem como respaldar suas posições pela força.

Em face do exposto, conclui-se parcialmente que há relação estabelecida entre poder militar e projeção de poder, ocorrendo também efeito de proporcionalidade direta entre tais conceitos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal destacar a importância do incremento do poder militar do Brasil a ser atingido por meio dos Projetos Estratégicos do Exército e sua consequente influência na Política Externa Brasileira, no que se refere a projeção de poder na área de interesse estratégico do Brasil.

O processo de transformação do Exército desenvolve sete Projetos Estratégicos prioritários que vão gerar novas capacidades que levarão a Força a um patamar de operacionalidade que vai ao encontro dos anseios e das necessidades no campo militar do Poder Nacional inerentes aos desafios impostos ao Brasil como um dos principais atores globais em um futuro próximo.

A fim de atingir o objetivo proposto, o trabalho foi dividido em partes de modo a conduzir o raciocínio do leitor de forma dedutiva e lógica, todavia com embasamento teórico pertinente para a confirmação ou não da seguinte hipótese formulada: “As capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do EB impactarão positivamente o Poder Militar do Brasil, proporcionando maior suporte do campo militar à Política Externa Brasileira, com reflexos positivos para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico”.

Mantendo o fulcro do trabalho alicerçado com a hipótese formulada, e após fase introdutória que visou inserir o leitor no contexto do trabalho monográfico, passou-se a abordar, no item 3, o processo de transformação do Exército Brasileiro e as capacidades geradas por cada um dos sete Projetos Estratégicos do Exército.

Ao longo do citado item, verificou-se que os sete Projetos Estratégicos priorizados pelo Exército no processo de transformação: OCOP, SISFRON, Proteger, Guarani, Astros 2020, Defesa Antiaérea e Defesa Cibernética, todos em plena execução, dotarão a Força Armada de novas capacidades que representarão um significativo avanço em termos de operacionalidade, poder de fogo e material de emprego militar.

O OCOP já vem permitindo à Força Terrestre o desenvolvimento de suas atividades operacionais com a utilização de novas viaturas, novos armamentos, materiais de campanha, de saúde e de comunicações de última geração, entre outros materiais de emprego militar de que serão dotadas as Organizações Militares

operacionais e que elevarão sobremaneira a operacionalidade do combatente e do Exército nos níveis operacional e tático, fruto dos dezoito subprojetos em execução.

O SISFRON dotará o Exército e o país de um sofisticado sistema de vigilância e monitoramento de nossas fronteiras terrestres, com repercussões em todos os campos do Poder Nacional e em consonância com as diretrizes impostas pela PDN e pela END.

O projeto gerará a capacidade de apoiar outros órgãos governamentais por meio de capacidades operativas na proteção integrada e no desenvolvimento de ações subsidiárias. Além disso, será extremamente relevante na manutenção da consciência situacional, incrementando o sistema de comando e controle de todos os níveis e permitindo e promovendo maior interoperabilidade conjunta nas ações.

O Proteger atuará de forma integrada com outros projetos estratégicos e, assim como o SISFRON, proporcionará apoio aos órgãos governamentais desta feita voltado para a proteção integrada das estruturas estratégicas do país.

A adoção do VBTP-MR Guarani em suas versões 6x6 e 8x8, os primeiros já presente nos corpos de tropa de Infantaria Mecanizada e Cavalaria, proporcionará grande incremento na capacidade combativa de nosso Exército, permitindo a superioridade no enfrentamento, com novas capacidades operativas geradas nas ações terrestres e na manobra.

O projeto também trará notório desenvolvimento para a indústria de defesa nacional, gerará divisas para o país mediante exportação do produto e alavancará a economia regional, abrindo novos postos de trabalho.

O Astros 2020 é um projeto de proporções gigantescas para a capacitação da Força Terrestre em termos de projeção de poder militar e de dissuasão. Sua implementação, ora em andamento, trará a capacidade de obter superioridade no enfrentamento direto por meio do apoio de fogo do novo foguete guiado, originado do Astros II, e o míssil de longo alcance (300 Km), caracterizando um verdadeiro salto de operacionalidade e capacitação no que tange ao apoio de fogo, com reflexos muito além do campo militar, atingindo os níveis político e estratégico.

O projeto Defesa Antiaérea trará novas capacidades para a proteção física de instalações de comando e de pessoal no âmbito das operações terrestres. Todavia sua maior contribuição será no nível estratégico, permitindo um eficiente sistema de detecção, localização e interferência de ameaças, tornando-se vital para o controle

do espaço aéreo brasileiro, trazendo reflexos diretos para a manutenção da soberania brasileira, agindo como fator de dissuasão.

Por fim, mas não menos importante, o projeto Defesa Cibernética, cuja implantação mostra-se vital diante dos avanços tecnológicos e das ameaças existentes nessa área. O projeto trará no seu bojo a capacidade de realizar a exploração, a proteção e o ataque cibernéticos, constituindo-se em relevante fator de agregação de poder de combate, além de exercer incontestável efeito dissuasório.

Em síntese, observou-se no referido, item que os Projetos Estratégicos do Exército gerarão diversas novas capacidades militares terrestre e operativas que proporcionarão grande incremento no Poder Militar, seja em termos de operacionalidade, seja no que se refere a desenvolvimento tecnológico e material de defesa.

No item seguinte, de número 4, o trabalho discorreu sobre o Poder Militar e a Projeção de Poder, procurando inicialmente nivelar o conhecimento do leitor acerca dos conceitos e das peculiaridades de cada subitem e, posteriormente, procurou estabelecer uma relação de causa efeito e proporcionalidade entre o poder militar e a projeção do poder.

Ficou latente, ao longo do desenvolvimento do referido item, que o poder militar pode ser efetivado pela defesa, pela coação, pela dissuasão e pela demonstração de força, não necessitando, portanto, de ação armada especificada para ser exercido.

Da mesma forma, viu-se que o poder militar traz reflexos diretos e proporcionais para a política externa de um Estado, haja vista o respaldo que proporciona ao poder político para negociar nos foros internacionais e honrar compromissos assumidos junto aos organismos internacionais. Tal situação vai de encontro aos anseios do Brasil enquanto ator global de destaque,

Quanto à projeção de poder, observou-se que é objetivo nacional do Brasil estar em condições de projetar poder no seu entorno estratégico ou em sua área de interesse estratégico, segundo consta na PDN, na END e no Livro Branco da Defesa Nacional, documentos que, diga-se de passagem, são as bases para todo o processo de transformação por que passa hoje o Exército Brasileiro.

Assim, no referido item, avulta de importância a caracterização de que o Poder Militar pode ser usado para a projeção de poder e que a promove, mesmo que indiretamente, caso a projeção seja efetuada por outra expressão do Poder Nacional. Assim, ficou notório que o Poder Militar exerce influência sobre a Projeção do Poder como instrumento de seu exercício de forma direta, indireta e proporcional à grandeza do poder militar.

Em face de tudo acima exposto, o presente trabalho monográfico confirmou a hipótese formulada, restando claro e notório que as capacidades geradas pelos Projetos Estratégicos do EB impactarão positivamente o Poder Militar do Brasil, e proporcionarão maior suporte do campo militar à Política Externa Brasileira, com reflexos positivos para a projeção de poder do Brasil em sua área de interesse estratégico.

Por fim, pode-se concluir que esse será o legado principal do processo de transformação do Exército Brasileiro, com repercussões positivas e relevantes em todos as expressões do Poder Nacional, proporcionando ao Brasil o necessário respaldo do campo militar para a inserção do País no lugar de destaque no cenário internacional que o futuro de grandeza lhe reserva com justiça e por direito.

REFERÊNCIAS

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos**. Série Entenda o Mundo. Rio de Janeiro, Editora FGV. 160 p. 2009.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos**. Série Entenda o Mundo. Rio de Janeiro, Editora FGV. 160 p., 2009. TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M./ NOBRE Fábio R. F. Revista Política Hoje, Vol. 250 19, n. 1, 2010.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Revista Brasileira de Política Internacional. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200010. Acesso em 12 jul 2015.

AMORIM, Celso, **Uma visão brasileira do panorama estratégico global**. Revista Brasileira de Política Internacional. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200001&script=sci_arttext. Acesso em 11 jul 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR 10520**. Elaboração de Citação em documentos acadêmicos e científicos – elaboração. RJ, 2002

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

AURÉLIO, **Dicionário online**, disponível <http://www.dicionariodoaurelio.com/>. Vários acessos.

BERTONHA, João Fábio. **Brasil: uma potência militar emergente? O problema do uso da força nas Relações Internacionais do Brasil no século 21**. Revista Brasileira de Política Internacional. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 13 jul 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 jul 2015.

BRASIL. Escola Superior de Guerra – ESG –, **Manual Básico**, vol I, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> >. Acesso em 15 jul 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em 15 jul 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 400/SPEAI/MD, de 21 de setembro de 2005. **Aprova a Política Militar de Defesa**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 1317/MD, de 04 de novembro de 2004. **Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) para a Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005. **Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **SIPLEX5 - Plano Estratégico do Exército 2016-2019 – PEEEX**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 197-EME, de 26 de setembro de 2013. **Aprova as Bases para Transformação da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-N-08.001- Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro – NEGAPEB**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 1253-Gab Cmt, de 5 de dezembro de 2013. **Aprova a Concepção de Transformação do Exército**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portal da Transformação do Exército**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.eb.mil.br/web/proforca/apresentacao>. Acessos diversos.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Catálogo de Capacidades do Exército**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **O Processo de Transformação do Exército- 3ª Edição**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **PROFORÇA - Projeto de Força do Exército Brasileiro -2031** . Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **ME 21-253 - FORMATAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2007.

CERVO, Amado L., **Relações Internacionais da América Latina**, Brasília, IBRI, 2001.

CORTES, Camilo. O Palestra no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

DA CÁS, João Paulo. **O Escritório de Projetos do Exército e os Projetos Estratégicos do Exército**. Palestra no Escritório de Projetos do Exército. Brasília, DF, 2015.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2008. Disponível em <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15 jul 2015.

_____. Decreto nº. 5 484 de 30 de junho de 2005: **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 16 jul 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

HOUAISS, **Dicionário online**, disponível em <http://www.dicio.com.br/houaiss/>. Vários acessos.

JOBIM, Nelson. **A Defesa na Agenda Nacional: O Plano Estratégico de Defesa**. Revista Interesse Nacional Junho 2008. Disponível em <http://www.defesanet.com.br>> Acesso em março de 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

NASSER, Reginaldo Mattar; DE MORAES, Rodrigo Fracalossi. **O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. 284p.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da pesquisa: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares**. Colaboração e ampliação José Fernando Chagas Madeira, Luiz Eduardo Possídio Santos, Clayton Amaral Domingues - 2. ed - Rio de Janeiro: EsAO, 200.

RODRIGUEZ, Júlio César Cosso. **Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional**. Revista Brasileira de Política Internacional. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292012000200005>. Acesso em 13 jul 2015.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. **Exército: O Planejamento Estratégico e o Processo de Transformação**. Palestra na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

WIKIPEDIA BRASIL, site da web. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>. Vários acessos.

ANEXO A - AS CAPACIDADES GERADAS PELOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

A.1 GENERALIDADES E DEFINIÇÕES

O Exército Brasileiro, em seu processo de transformação, vem adquirindo novas capacidades e aperfeiçoando as existentes, sendo estas capacidades estabelecidas de forma coerente com o alinhamento necessário com a Estratégia Nacional de Defesa.

De forma análoga aos maiores exércitos do mundo, o Exército Brasileiro passou a adotar a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), tendo como consequência o desenvolvimento de capacidades baseado na análise da conjuntura e em cenários prospectivos, com o objetivo de identificar as ameaças concretas e potenciais ao Estado Brasileiro.

Dessa forma, coerente com o que prevê o Livro Branco de Defesa/2013, a Doutrina Militar de Defesa/2007 (em atualização), a Estratégia Militar de Defesa/2006 (em atualização) e a Doutrina Militar Terrestre/2014, com vistas a se contrapor às ameaças dentro das áreas estratégicas, atuando no amplo espectro dos conflitos, o EME/EPEX produziu o Catálogo de Capacidades do Exército – 2014-2035, que contém os principais conceitos e premissas atinentes ao assunto.

São vitais para o desenvolvimento do assunto em pauta o conhecimento dos seguintes conceitos:

A.1.1 Capacidade Militar Terrestre - é a habilidade que possui a Força Terrestre para cumprir determinada tarefa ou missão, por intermédio de pessoas, organização, doutrina, logística, treinamento, material, infraestrutura, informações e sistemas. Traduz-se em competências militares existentes que permitem o cumprimento de missões e o alcance de objetivos estabelecidos. A capacidade militar terrestre é constituída por um grupo funcional de capacidades operativas que proporcionam aptidão a uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida. Poderá ter sua taxonomia baseada em uma série de atividades e tarefas relativamente homogêneas, que podem ser desempenhadas por uma função de combate específica.

A.1.2 Capacidade Operativa: são as atitudes que devem ter as unidades orientadas para obter um efeito estratégico, operacional ou tático, geralmente mediante uma

combinação de pessoal, instrução, adestramento, equipamento, logística e estrutura organizacional, baseada em uma doutrina de emprego.

As Capacidades Militares Terrestres (CMT) e as Capacidades Operativas (CO) presentes no Catálogo de Capacidades do Exército são as seguintes:

CMT 01 – PRONTA RESPOSTA ESTRATÉGICA

CO 01 – Mobilidade Estratégica

CO 02 – Suporte à Projeção de Força

CO 03 – Prontidão

CMT 02 – SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO

CO 04 – Combate Individual

CO 05 – Operações Especiais

CO 06 – Ação Terrestre

CO 07 – Manobra

CO 08 – Apoio de Fogo

CO 09 – Mobilidade e Contramobilidade

CO 10 – Preparação da Força

CMT 03 – APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

CO 11 – Proteção Integrada

CO 12 – Atribuições subsidiárias

CO 13 – Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise

CO 14 – Ações sob a égide de organismos internacionais

CMT 04 – COMANDO E CONTROLE

CO 15 – Planejamento e Coordenação

CO 16 – Sistemas de Comunicações

CO 17 – Consciência Situacional

CO 18 – Gestão do Conhecimento e das Informações

CO 19 – Digitalização do Espaço de Batalha

CO 20 – Modelagem, Simulação e Prevenção

CMT 05 – SUSTENTAÇÃO LOGÍSTICA

CO 21 – Apoio Logístico para Forças Desdobradas

CO 22 – Infraestrutura da Área de Operações

CO 23 – Gestão e Coordenação Logística

CO 24 – Saúde nas Operações

CO 25 – Gestão de Recursos Financeiros

CMT 06 – INTEROPERABILIDADE

CO 26 – Interoperabilidade Conjunta

CO 27 – Interoperabilidade Combinada

CO 28 – Interoperabilidade Interagência

CMT 07 – PROTEÇÃO

CO 29 – Proteção ao Pessoal

CO 30 – Proteção Física

CO 31 – Segurança das Informações e Comunicações

CMT 08 – INFORMAÇÃO

CO 32 – Guerra Eletrônica

CO 33 – Apoio a Informação

CO 34 – Comunicação Social

CO 35 – Inteligência

CMT 09 – CIBERNÉTICA

CO 36 – Exploração Cibernética

CO 37 – Proteção Cibernética

CO 38 – Ataque Cibernético

O presente trabalho abordará em seu escopo as definições de cada uma das 9 Capacidades Militares Terrestres e das 38 Capacidades Operativas preconizadas, por considerar relevante sua compreensão para as futuras relações com os projetos estratégicos ora em estudo.

Assim sendo, passa-se a apresentar as definições das CMT e CO.

- CMT 01. PRONTA RESPOSTA ESTRATÉGICA

DEFINIÇÃO: ser capaz de projetar força em qualquer parte do território nacional, do entorno estratégico ou de área de interesse, no prazo de 7 a 10 dias, chegando pronto para combater, no amplo espectro dos conflitos, com elementos operativos dotados de poder de fogo, letalidade seletiva que possuam como características: flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES). As capacidades operativas que permitirão à Força atuar com pronta resposta estratégica são:

- CO01. Mobilidade Estratégica

DEFINIÇÃO: ser capaz de transportar uma força em grandes distâncias, proporcionando velocidade de intervenção e flexibilidade de emprego entre áreas estratégicas diferentes do território nacional e do entorno estratégico.

- CO02. Suporte à Projeção de Força

DEFINIÇÃO: ser capaz de planejar, gerir e executar eficazmente o movimento, o transporte e a distribuição de recursos a partir de suas bases até o seu destino final. Inclui todas as atividades relacionadas ao manejo, desde bases em território nacional até pontos de embarque e destes até a região onde a força irá cumprir sua missão.

- CO03. Prontidão

DEFINIÇÃO: ser capaz de, em curto espaço de tempo, estar em condições de empregar uma força no cumprimento de missões, valendo-se de seus próprios recursos orgânicos e meios disponibilizados.

- CMT 02. SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO

DEFINIÇÃO: ser capaz de obter ampla gama de opções para garantir a realização bem-sucedida das tarefas atribuídas, levando-se em conta a diversidade de cenários possíveis. Engloba o desenvolvimento da força necessária para atingir o Estado Final Desejado (EFD), combatendo o adversário diretamente ou pelo seu desgaste indireto, buscando a resolução de conflitos por meio de uma abordagem abrangente, considerando os aspectos civis e militares.

- CO04. Combate Individual

DEFINIÇÃO: ser capaz de permitir ao combatente terrestre sobreviver, deslocar-se e combater em todos os ambientes operacionais e sob quaisquer condições climáticas.

- CO05. Operações Especiais

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar operações militares que, por sua natureza, técnicas ou características, não podem ser realizadas por forças convencionais.

- CO06. Ação Terrestre

DEFINIÇÃO: ser capaz de executar ações com o objetivo de dissuadir, prevenir ou enfrentar uma ameaça, impondo sua vontade.

- CO07. Manobra

DEFINIÇÃO: ser capaz de empregar forças no campo de batalha por meio do movimento (incluindo o emprego de plataformas aeromóveis) e fogo direto, buscando alcançar uma posição de vantagem sobre as forças terrestres inimigas, enfrentando-as e cumprindo sua missão.

- CO08. Apoio de Fogo

DEFINIÇÃO: ser capaz de apoiar as operações das forças amigas com fogos potentes, profundos e precisos, buscando a destruição, neutralização ou supressão de objetivos e das forças inimigas.

CO09. Mobilidade e Contramobilidade

DEFINIÇÃO: ser capaz de modificar o terreno, eliminando ou reduzindo as dificuldades naturais ou artificiais que surgem durante o movimento de nossas forças ou dificultando o movimento do adversário.

- CO10. Preparação da Força

DEFINIÇÃO: ser capaz de atingir os níveis de adestramento desejados para a força, incluindo a avaliação, apoiados em modernos sistemas de simulação viva, construtiva e virtual para o treinamento da tropa, que permitam realizar com eficácia e segurança as missões e tarefas atribuídas.

- CMT 03. APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

DEFINIÇÃO: ser capaz de contribuir para a garantia da Soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem – depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio – salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, deve fornecer apoio em atividades relacionadas à proteção de estruturas estratégicas, à segurança da sociedade, à cooperação para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e ao apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura.

- CO11. Proteção Integrada

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger a sociedade, realizando a garantia dos Poderes Constitucionais, a Garantia da Lei e da Ordem, a proteção de Estruturas Estratégicas, a prevenção e o combate às ações terroristas e a participação da Força Terrestre em ações na Faixa de Fronteira, com ampla colaboração do setor de segurança pública.

- CO12. Atribuições subsidiárias

DEFINIÇÃO: ser capaz de cooperar para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e para o apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura.

- CO13. Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise

DEFINIÇÃO: ser capaz de empregar força no nível aquém da violência, concentrando meios, realizando exercícios de adestramento nas fronteiras com países limítrofes, enquanto se desenvolvem as ações diplomáticas para a solução de um conflito, dentre outras ações.

- CO14. Ações sob a égide de organismos internacionais

DEFINIÇÃO: ser capaz de empregar força em defesa dos interesses nacionais, por meio da combinação de ações coercitivas limitadas e de ações construtivas. As coercitivas podem ser aplicadas em situações de crise para restaurar ou manter um ambiente seguro e estável e proteger civis e organizações de ajuda humanitária sob a ameaça iminente de violência física. As ações construtivas, normalmente na paz instável, são utilizadas para apoiar um governo local ou de nação anfitriã em seus esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e de consolidação da paz.

- CMT 04. COMANDO E CONTROLE

DEFINIÇÃO: ser capaz de proporcionar ao Comandante, em todos os níveis de decisão, o exercício do Comando e do Controle por meio da avaliação da situação e da tomada de decisões baseada em um processo eficaz de planejamento, de preparação, de execução e de avaliação das operações. Para isso, deve-se dispor, nos níveis estratégico, operacional e tático, de sistemas de informação e comunicações integrados que permitam obter e manter a superioridade nas informações para a decisão e a execução. As capacidades operativas que propiciarão à Força a capacidade de Comando e Controle são apresentadas a seguir.

- CO15. Planejamento e Condução

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar planejamento, preparação, execução e avaliação contínua de operações militares no amplo espectro, empregando meios e armamentos modernos, baseados em Tecnologias de Informações e Comunicações, com adequada proteção.

- CO16. Sistemas de Comunicações

DEFINIÇÃO: ser capaz de estabelecer estruturas de comunicações para suportar toda necessidade de transmissão para a condução dos processos de apoio à decisão, as informações para a consciência situacional do comandante nos diversos níveis e as ações para a busca da superioridade da informação.

- CO17. Consciência Situacional

DEFINIÇÃO: ser capaz de proporcionar em dos os níveis de decisão, do estratégico ao tático, em tempo real, a compreensão e a interação do ambiente operacional e a percepção atualizada sobre a situação das tropas amigas e dos oponentes. É propiciada pela integração dos dados provenientes de sensores, sistemas de armas e satélites (civis, militares, nacionais e multinacionais), apoiados em infraestrutura de informação e comunicações com nível de proteção adequada.

- CO18. Gestão do Conhecimento e das Informações

DEFINIÇÃO: ser capaz de gerir e compartilhar o fluxo de conhecimentos coletados ou produzidos por instituições militares e civis, nacionais ou internacionais, em uma infraestrutura adequada, visando a dar suporte aos Comandantes, em todos os níveis de decisão, para o emprego dos meios e das forças militares terrestres.

- CO19. Digitalização do Espaço de Batalha

DEFINIÇÃO: ser capaz de apresentar a representação digital de aspectos do Espaço de Batalha obtida pela integração entre sensores, vetores e radares (civis, militares, nacionais ou internacionais), apoiada em uma infraestrutura de informação e comunicações (IIC), permitindo disponibilizar informações aos diferentes níveis de decisão, independente do lugar em que se encontra, com nível de proteção adequada.

- CO20. Modelagem, Simulação e Prevenção

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar a modelagem, a imitação e/ou a representação de procedimentos de combate e de operações de nossas forças e das forças adversárias para ampliar a visão dos comandantes nos diversos níveis de decisão. Utiliza recursos humanos, instalações e meios de tecnologia da informação.

- CMT 05. SUSTENTAÇÃO LOGÍSTICA

DEFINIÇÃO: ser capaz de dar suporte adequado à força que venha a ser empregada, no tempo necessário, em qualquer ambiente operacional. Inclui a interoperabilidade no apoio logístico entre as Forças Armadas e a

complementaridade nas atividades interagências, bem como a organização e execução do transporte estratégico.

- CO21. Apoio Logístico para Forças Desdobradas

DEFINIÇÃO: ser capaz de sustentar as forças desdobradas, com os recursos necessários para manter a capacidade operativa.

- CO22. Infraestrutura da Área de Operações

DEFINIÇÃO: ser capaz de construir, adaptar ou reabilitar infraestruturas essenciais para a força desdobrada.

- CO23. Gestão e Coordenação Logística

DEFINIÇÃO: ser capaz de planejar, monitorar e controlar o apoio logístico direta ou indiretamente relacionado com a sustentação da força desdobrada, permitindo a identificação antecipada e solução das necessidades logísticas desta.

- CO24. Saúde nas Operações

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar assistência médica adequada e oportuna. Inclui triagem, estabilização de pacientes, evacuação, diagnóstico, tratamento, hospitalização em campanha e medicina preventiva.

- CO25. Gestão de Recursos Financeiros

DEFINIÇÃO: ser capaz de executar a gestão dos recursos financeiros da força empregada.

- CMT 06. INTEROPERABILIDADE

DEFINIÇÃO: ser capaz de atuar com força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas, em ambiente interagências, em operações conjuntas ou em operações multinacionais, para o cumprimento das missões estabelecidas. As capacidades operativas que permitirão à força ser capaz de atuar com interoperabilidade são:

- CO26. Interoperabilidade conjunta

DEFINIÇÃO: ser capaz de atuar com força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas em operações conjuntas.

- CO27. Interoperabilidade combinada

DEFINIÇÃO: ser capaz de atuar com força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas e Forças de outras Nações, sob a égide de organismo internacional.

- CO28. Interoperabilidade interagência

DEFINIÇÃO: ser capaz de atuar com força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar, em ambiente interagências, para o cumprimento das missões estabelecidas em apoio a órgãos governamentais.

- CMT 07. PROTEÇÃO

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger o pessoal (combatente ou não), o material, as estruturas físicas e as informações contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais. São ações que preservam o poder do combate. As capacidades operativas que permitirão à Força ser capaz de realizar a proteção são:

- CO29. Proteção ao Pessoal

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger o pessoal (militar e civil) contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais.

- CO30. Proteção Física

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger o material, as instalações e o território de qualquer ameaça à sua integridade em áreas definidas.

- CO31. Segurança das informações e Comunicações

DEFINIÇÃO: ser capaz de fornecer proteção adequada, mantendo a integridade e a disponibilidade dos sistemas e das informações armazenadas, processadas e transmitidas, por meio da implementação de medidas adequadas para viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e informações.

- CMT 08. INFORMAÇÃO

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar ações coordenadas que concorram para a consecução de objetivos políticos e militares, executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão, bem como atuar junto às forças amigas, reforçando conceitos e ideias favoráveis à atuação dessas forças. Atua sobre os campos cognitivo, informacional e físico da informação do oponente e sobre os processos e os sistemas nos quais elas trafegam, ao mesmo tempo em que procura proteger forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão. As capacidades operativas que permitirão à Força ser capaz de realizar a informação são:

- CO32. Guerra Eletrônica

DEFINIÇÃO: ser capaz de desempenhar atividades que visam a desenvolver e a assegurar o emprego eficiente das emissões eletromagnéticas próprias, ao mesmo tempo em que buscam impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões inimigas.

- CO33. Operações de Apoio à Informação

DEFINIÇÃO: ser capaz de apoiar ou desenvolver processos e ações, em tempo de paz, crise ou conflito, para informar e influenciar os diversos públicos existentes (hostil, amigo ou neutro), a fim de obter uma atitude positiva de nossas ações e inibir as percepções contrárias à nossa atuação.

- CO34. Comunicação Social

DEFINIÇÃO: ser capaz de proporcionar ao Comandante, em todos os níveis de decisão, do estratégico ao tático, melhores condições de interatividade com as autoridades, a sociedade, a imprensa e o público interno para obter liberdade de ação no emprego dos seus meios, enquanto atrai, motiva e mantém capital humano para a Força Terrestre.

- CO35. Inteligência

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar um conjunto de atividades integradas por sistemas inter-relacionados e obter dados não disponíveis e protegidos por medidas de segurança estabelecidas (incluindo o espaço cibernético), para assegurar a compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças, o adversário, o terreno e as condições civis.

- CMT 09. Cibernética

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar ações que envolvem as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para desestabilizar os Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comando e Controle (STIC3) do oponente e defender os próprios STIC3. Abrange, essencialmente, as ações de ataque, exploração e proteção cibernética. Essa capacidade mantém estreita ligação com a CO31 Segurança das Informações e Comunicações e com a CMT 08 Operações de Informação.

- CO36 Exploração Cibernética

DEFINIÇÃO: ser capaz de conduzir ações de busca ou coleta, nos Sistemas de Tecnologia da Informação de interesse, a fim de obter dados. Essas ações devem

preferencialmente evitar o rastreamento e servir para a produção de conhecimento ou identificar as vulnerabilidades desses sistemas.

- CO37 Proteção Cibernética

DEFINIÇÃO: ser capaz de conduzir ações para neutralizar ataques e exploração cibernética contra os nossos dispositivos computacionais, redes de computadores e de comunicações, incrementando as ações de Segurança, Defesa e Guerra Cibernética em face de uma situação de crise ou conflito. É uma atividade de caráter permanente.

- CO38 Ataque Cibernético

DEFINIÇÃO: ser capaz de conduzir ações para interromper, negar, degradar, corromper ou destruir informações ou sistemas computacionais armazenados em dispositivos e redes de computadores e de comunicações do oponente.

A.2 CAPACIDADES GERADAS PELOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO (PEE)

Conforme visto anteriormente, o catálogo de capacidades classifica e define todas as CMT e CO a serem desenvolvidas pelos PEE.

Consoante suas características, área de atuação, ações estratégicas específicas, cada PEE possui uma gama de capacidades inerentes a sua implantação ou funcionamento, as quais passarão a ser descritas.

- Projeto OCOP

- Conforme tratado no escopo deste trabalho, o OCOP é um projeto de modernização inserido no contexto do processo de transformação, logo não há previsão de novas capacidades geradas no corrente processo de transformação, e sim a modernização de capacidades atuais.

- Projeto SISFRON

- CMT 03 – APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

- CO 11 – PROTEÇÃO INTEGRADA

- CO 12 – ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

- CMT 04 – COMANDO E CONTROLE

- CO 17 - CONSCIÊNCIA SITUACIONAL
- CMT 06 – INTEROPERABILIDADE
- CO 26 – INTEROPERABILIDADE CONJUNTA

- Projeto Proteger

- CMT 03 – APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS
- CO 11 – PROTEÇÃO INTEGRADA

- Projeto Guarani

- CMT 02 – SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO
- CO 06 – AÇÃO TERRESTRE
- CO 07 – MANOBRA

- Projeto Astros 2020

- CMT 02 – SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO
- CO 08 – APOIO DE FOGO

-Projeto Defesa Antiaérea

- CMT 07 – PROTEÇÃO
- CO 29 – PROTEÇÃO AO PESSOAL
- CO 30 – PROTEÇÃO FÍSICA

Projeto Defesa Cibernética

- CMT 09 – CIBERNÉTICA
- CO 36 – EXPLORAÇÃO CIBERNÉTICA
- CO 37 – PROTEÇÃO CIBERNÉTICA
- CO 38 –ATAQUE CIBERNÉTICO.